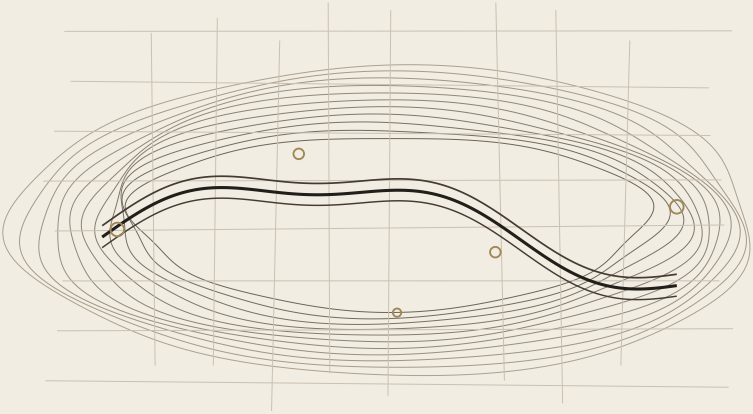
O FIM DA AUTONOMIA ADMINISTRADA

Ensaio político



NUNO MORNA

Edição literária A5

O Fim da Autonomia Administrada

Nuno Morna

O Fim da Autonomia Administrada
Nuno Morna
© Nuno Morna, 2026.
Todos os direitos reservados.
Edição de autor.
Composição, paginação e desenho de capa: edição digital A5.
Formato: A5.
Nenhuma parte desta obra deve ser reproduzida, arquivada ou transmitida sem autorização do autor, salvo nos casos legalmente previstos.

Índice

Prefácio

Parte I - A Liberdade de Baixo para Cima
Teoria Geral da Autonomia
Capítulo I: O Valor da Proximidade
Capítulo II: A Autonomia como Liberdade em Comunidade
Capítulo III: A Ficção da Uniformidade Nacional

Parte II - Um Modelo para a Madeira
Do Diagnóstico à Proposta
Capítulo IV: A Autonomia Administrada e os seus Limites
Capítulo V: As Fronteiras do Autonomismo
Capítulo VI: A Estrutura do Novo Poder Regional

Parte III - A República como Comunidade de Comunidades
Reconstruir Portugal a partir da periferia
Capítulo VII: A Farsa do Centralismo Eficiente
Capítulo VIII: Pacto Territorial e Dignidade Política
Capítulo IX: O Autonomismo como Regeneração Republicana

Parte IV - Laboratório Madeira
A Madeira como vanguarda institucional e social
Capítulo X: Fiscalidade Responsável e Transparente
Capítulo XI: Saúde, Educação, Habitação: Experiências Regionais Livres
Capítulo XII: Energia, Inovação e Governação Digital
Capítulo XIII: Diplomacia Regional e Diáspora

Parte V - Política com Responsabilidade
Da queixa à acção
Capítulo XIV: A Autonomia Não É Um Cheque em Branco
Capítulo XV: O Novo Contrato Social Madeirense
Capítulo XVI: Não Pedir, Afirmar

Conclusão - Manifesto à Acção
Autonomia plena como exigência moral

Prefácio

(Como quem escreve da borda de um precipício a quem ainda não sabe que está a cair)

Durante décadas, a Madeira oscilou entre dois equívocos: primeiro, acreditar que a autonomia era uma concessão de Lisboa; e, segundo, supor que bastava um Governo Regional, um hino e uma bandeira para garantir liberdade real. Na prática, o essencial foi ignorado: as decisões relevantes continuaram a ser tomadas noutros lugares, com outros critérios e prioridades, enquanto a Região se limitava a gerir símbolos e rotinas.

A autonomia, na sua origem, foi uma solução de compromisso. Surgiu como uma resposta política apressada, quando a pressão dos ilhéus se tornou impossível de ignorar. Não foi desenhada como um verdadeiro projecto de autogoverno, mas sim como um mecanismo de controlo, limitado pela desconfiança. O resultado é uma autonomia formal, com muitos debates e poucas decisões, em que se gere o que sobra e se planeia o futuro com os recursos que restam.

Este livro nasce de um desconforto real, não de um problema passageiro resolvido por comunicados ou despachos. O objectivo não é reformar o que existe nem disfarçar as limitações do modelo actual, mas sim propor uma refundação. E essa refundação começa pelo reconhecimento do fracasso: um modelo que prometeu autonomia enquanto mantinha a dependência, que falava em dignidade, mas diluía a responsabilidade em burocracia e subsídios.

A realidade é simples: a Madeira não se governa. Reage, reivindica, mas não exerce poder efectivo sobre os seus próprios meios. Só governa quem tem responsabilidade directa pelas escolhas e responde perante os seus. O que existe é uma simulação, em que as decisões relevantes dependem sempre da aprovação de Lisboa. Chama-se a isto autonomia, mas não é.

A escrita deste livro resulta de uma necessidade de esclarecimento. Não é um catálogo de intenções nem um manual técnico. É um ensaio político, no sentido de pensar soluções que ainda não existem, mas que se tornaram indispensáveis. Ou a Madeira assume a sua condição de sujeito político responsável, ou continuará a ser tratada como menor, limitada a funções acessórias.

O que se propõe aqui é uma autonomia constituinte: não apenas gerir competências atribuídas, mas também defini-las. Não basta aceitar prerrogativas formais; é necessário garantir um espaço real de decisão. A autonomia deve ser uma prática contínua de liberdade, uma responsabilidade que se assume ou se perde.

Esta exigência não é dirigida a Lisboa, mas à Madeira e à sua população. É um apelo à responsabilidade colectiva, à memória da resiliência e da dignidade e à urgência de não adiar mais as mudanças necessárias. Não há tempo para esperar por reformas que não chegam nem por promessas que não se cumprem.

Este livro é, por isso, um ultimato. Não pretende neutralidade nem consensos fáceis. Não serve para alimentar o imobilismo partidário que substituiu o debate sério na política insular. Foi escrito com a convicção de que é preciso discutir o essencial.

Cada linha aqui é uma provocação e uma proposta. No final, o leitor terá de escolher: aceitar a autonomia limitada que existe ou assumir o risco e a responsabilidade de exigir um novo modelo de governação, com todas as consequências que isso implica.

Porque a verdadeira autonomia não é uma bandeira.

É um espelho. O que se vê depende da escolha de cada um.

Parte I

A Liberdade de Baixo para Cima

Teoria Geral da Autonomia

Capítulo I

O Valor da Proximidade

(Onde se descobre que a política é uma coisa com cheiro, com vizinhos, com ruas que conhecem os nossos nomes)

Proximidade virou palavra de catálogo, repetida em planos estratégicos e discursos, ao lado de inovação e sustentabilidade. Mas, na prática, a proximidade não é um conceito abstracto. É saber quem morreu na semana passada, quem vai a pé para a escola, quem chama o presidente da junta pelo nome. É onde as decisões têm rosto e endereço, não apenas assinatura em acta.

Durante anos, ensinou-se que a política era um assunto distante, entregue a especialistas e gabinetes. Esqueceu-se de que a liberdade se aprende perto e que o poder distante, mesmo bem-intencionado, raramente ouve e, por isso, não vê. O centralismo não é só uma escolha administrativa; é uma forma de institucionalizar a cegueira à diferença.

A vida política não acontece em gabinetes ou em mapas, mas nas ruas e nas freguesias, onde as decisões têm impacto directo. O poder distante, protegido por tecnocracia e legislação, tende ao autoritarismo ou ao ridículo. Quanto mais longe está quem decide, mais difícil é exigir responsabilidade e mais fácil é transferir culpas para a complexidade, a conjuntura ou factores externos.

A proximidade é uma forma de responsabilização. Ela expõe as ficções institucionais que escondem a incompetência por trás de procedimentos. Política feita perto não tem glamour, mas tem consequências: é possível identificar quem decide, cobrar directamente, apontar falhas e exigir o cumprimento. Isso é democracia real; o resto é encenação.

Na Madeira, proximidade não é uma escolha, é uma necessidade imposta pela geografia. O isolamento obriga à entreajuda e à consciência de que, se não houver autogoverno, não haverá governo. A insularidade, vista de fora como uma limitação, pode ser um espaço para testar a autonomia real, sem o ruído das grandes cidades nem a desculpa do tamanho. A escala reduz os intermediários e obriga ao confronto directo com a realidade.

Proximidade, quando levada a sério, exige humildade e compromisso. Quem governa sabe que será cobrado por quem encontra no dia a dia. O poder, assim, perde o verniz e torna-se menos tentador. Já o centralismo cria distância como escudo, tornando as decisões opacas e os procedimentos labirínticos. Nesse ambiente, caciquismo e burocracia prosperam sob o disfarce de competência ou de neutralidade.

Proximidade é um critério político e ético. Bom governo não é o que promete mais, mas o que cumpre e escuta melhor. Não é o que chega de fora com discursos, mas quem conhece o terreno e governa com os pés no chão. Talvez governar a pé devesse ser regra, para que a realidade não escape à decisão.

O problema da política portuguesa, e também da madeirense, é a substituição da experiência vivida pela opinião especializada. Isso criou castas administrativas, distantes da realidade dos serviços públicos. Fala-se de proximidade como se citam relatórios, mas a proximidade real assusta porque obriga a decidir com a perspectiva de quem será afectado.

A política de proximidade incomoda porque não permite generalizações fáceis nem retórica vazia. Não aceita estatísticas como desculpa para ignorar problemas reais. É mais simples governar à distância, criando normas que, ao tentarem servir todos, acabam por não servir ninguém. Proximidade exige olhar para quem trabalha, para quem espera, para quem depende directamente das decisões.

Não se trata de idealizar o local. Não há soluções mágicas na freguesia. O critério é prático: só governa bem quem conhece o que governa. Só entende fiscalidade quem fala com quem paga. Só percebe a urgência da habitação quem já viu emigrar por falta de alternativa. E só entende autonomia quem já precisou de autorização para resolver o que sabia resolver.

Durante muito tempo, a Madeira funcionou à distância, por hábito, não por escolha. Esse hábito veio do passado colonial, do paternalismo e da dependência do subsídio. A proximidade era vista como uma ameaça ao controlo. Mas hoje, proximidade é condição mínima de legitimidade. Ninguém aceita ser governado por quem não conhece; quem aceita, vive em resignação, não em liberdade.

A proximidade é um risco porque dá voz a quem normalmente não tem. Obriga a enfrentar conflitos que o centralismo adia e revela a complexidade que se tenta esconder. Mas é um risco necessário. Sem proximidade, tudo vira simulação: debate, participação, voto. Democracia simulada é perigosa. Se a Madeira quer afirmar-se politicamente, precisa começar por aqui: desmontar a ideia de que a autonomia é compatível com a distância e recusar o mito da inevitabilidade do governo distante.

Este livro parte da convicção de que a verdadeira mudança política começa com passos curtos. Com gestos concretos. Com estruturas que permitam às pessoas decidirem sobre a própria vida. Porque não se trata de querer mandar mais, e sim de querer depender menos. A proximidade é o antídoto da dependência. Onde há proximidade, há responsabilidade. E onde há responsabilidade, começa a nascer a liberdade.

O essencial da política é simples: bom governo é aquele que está acessível, conhece os problemas do dia a dia e resolve sem intermediários. O bom governo é o que está próximo.

O futuro da Madeira depende de reconhecer que o problema não é Lisboa, mas sim a distância. A mudança necessária é eliminar a distância entre quem governa e quem é governado.

Capítulo II

A Autonomia como Liberdade em Comunidade

(Ou como aprender a governar-se sem pedir licença nem pedir desculpa)

Autonomia exige mais do que retórica: requer impacto real na governação. Quando a autonomia é apenas simbólica, perpetua a ilusão de decisão e mantém o poder inalterado. É essencial discutir como exercer autonomia de modo prático, para garantir que ela transforme, de facto, a substância do poder.

Autonomia não é apenas uma questão jurídica ou um estatuto aprovado em comissão. É uma forma de liberdade que implica responsabilidade. Não existe autonomia real quando se depende de autorizações ministeriais, de fundos extraordinários ou de aprovações tutelares. Autonomia só existe quando é exercida, assumindo o risco de decidir e de errar.

Mas, para isso, é preciso entender uma coisa básica: a tradição centralista tratou de ocultar, ao longo de séculos de hábito, decretos e paternalismo administrativo, que a liberdade política só faz sentido em comunidade. A autonomia só faz sentido no contexto de uma comunidade. Liberdade política não é um acto individual; é uma prática colectiva que permite resolver problemas concretos, como os de infraestrutura e de serviços públicos. Por isso, autonomia não é capricho localista, mas uma escolha de maturidade: decidir em conjunto sobre o que nos afecta directamente. Se em Lisboa não houvesse caciques com gravata, incompetentes com cargos e despesistas com doutoramento. A diferença é que, no modelo centralista, os erros são anónimos e impunes. Na autonomia, são locais e, por isso mesmo, julgáveis. Há mais democracia num erro cometido por quem conhecemos do que numa medida imposta por quem nunca cá pôs os pés. A democracia não é um seguro contra o erro; é um método para errar com legitimidade e aprender com o erro. E isso, meus caros, só se faz perto.

Para que a autonomia funcione, é preciso mudar a relação com o Estado. O Estado deve ser visto como parceiro que define regras gerais, não como

fonte de todas as soluções. Quando a autonomia se reduz a pedir e agradecer, perde-se a capacidade de decidir e assumir responsabilidades. Liberdade política não é favor, é exercício de competência.

É aqui que o autonomismo moderno se distingue do regionalismo lamuriento ainda presente em certos discursos: não se trata de exigir por ser ilhéu ou por ser diferente, mas de reivindicar por ter competência e instrumentos para governar. O autonomismo moderno rejeita reivindicações identitárias e fundamenta-se na capacidade de assumir responsabilidades. Autonomia não é consolo simbólico, mas responsabilidade prática, que exige preparação, competências e disposição para lidar com riscos e consequências. Não se trata de caos, mas de diversidade organizada: responder de formas distintas a problemas distintos. A lógica do "one size fits all" acabou. Hoje, justiça é adaptação sensata às circunstâncias concretas, algo que só a comunidade local pode garantir, pois só ela entende seu próprio contexto.

Na Madeira, falta amadurecer uma verdadeira autonomia. Durante anos, confundiu-se a autonomia com mera representação, como se eleger madeirenses em Lisboa bastasse para defender os interesses regionais. Isso nunca foi suficiente: o problema é estrutural, não de nomes. A tutela persistiu. Os partidos nacionais impuseram limites ao poder regional, mantendo-o simbólico. A autonomia real ainda está por construir e começa por assumir que a liberdade comunitária exige agir sem depender do centro. É não esperar pelo Estado central para legislar, reformar e experimentar.

Ser autónomo é assumir a responsabilidade de enfrentar problemas reais, tomar decisões difíceis e aceitar custos políticos. Autonomia elimina os álibis do “não depende de nós” e obriga a assumir as consequências das escolhas feitas.

O desafio central da autonomia é encarar a maturidade institucional exigida para decidir e lidar com as consequências. Afinal, autonomia significa respeito próprio do colectivo.

A Madeira tem tudo para vencer essa batalha. Uma história de resistência, um povo que nunca se deixou governar sem refilar, uma inteligência prática que sabe distinguir o discurso do gesto. Falta-lhe apenas romper com o conforto da tutela. Deixar de se comportar como quem vive num favor prolongado. E afirmar, com todas as letras e todas as palavras, que a Madeira

tem condições históricas e sociais para afirmar uma autonomia efectiva. O passo que falta é romper com a dependência da tutela e assumir plenamente a responsabilidade colectiva pelas decisões e pelos custos da liberdade.

Capítulo III

A Ficção da Uniformidade Nacional

(Onde se desmascara a mentira cómoda de um país que quer parecer igual para esconder que nunca o foi)

Portugal, este país esticado como manta velha para cobrir corpos diferentes com o mesmo pano, habituou-se a fingir que é uno, indivisível, homogéneo, como se um lavrador de Trás-os-Montes tivesse as mesmas necessidades de um pescador da Póvoa, como se o funcionário da Amadora respirasse o mesmo ar que o pastor de Alcoutim, como se os problemas de um arquipélago perdido no meio do Atlântico pudessem ser resolvidos com a mesma fórmula que se aplica à linha de Cascais. A mentira da uniformidade nacional é, talvez, o mais bem-sucedido truque da nossa engenharia constitucional, um truque repetido com tanto zelo e por tanto tempo que até os seus principais prejudicados começaram a acreditar nele.

E é preciso dizê-lo, com todas as sílabas e sem cerimónia: a uniformidade não é justiça, é preguiça. É uma forma de evitar o trabalho de compreender a diferença, de desenhar políticas com medida, de pensar com geografia e cultura. Porque a diferença exige esforço. Obriga a escutar. Obriga a admitir que nem todas as soluções servem a todos. Que as respostas boas em Braga podem ser péssimas em São Vicente. E que, muitas vezes, o que parece igualdade é só indiferença com perfume institucional.

A Constituição da República, esse documento com ar de eternidade que tantos recitam sem jamais ler, tolera a autonomia como quem tolera uma criança irrequieta: com desconfiança, com limites, com reservas mentais. A autonomia é ali tratada como excepção, como arranjo pós-revolucionário, como peculiaridade que se aceita a contragosto porque é feio negar tudo de uma vez. Está lá, sim, com artigos e alíneas, mas rodeada de obstáculos, submetida a tutelas, condicionada a leis orgânicas que se arrastam em comissões que nunca terminam, em debates que ninguém ouve e em promessas que Lisboa não tem a menor intenção de cumprir.

E depois há a cultura, essa força invisível e tenaz que molda mais do que qualquer decreto. Uma cultura política moldada por séculos de centralismo autoritário, em que o poder era vertical, o rei estava em Lisboa, o governador mandava nas ilhas e os súbditos deviam gratidão. Mudaram os nomes; ficaram os tiques. A República herdou os hábitos do Império: a convicção de que só existe país onde há Estado central. O resto é paisagem. E a paisagem, como se sabe, é para contemplar, não para decidir.

Na Madeira, esta mentira da uniformidade foi aceite, durante muito tempo, como preço da sobrevivência. Aceitou-se o orçamento como vacina contra a irrelevância. Aceitou-se a representação no parlamento nacional como substituto da própria voz. Aceitou-se o financiamento como bengala institucional, e, pior ainda, como medalha. Como se a dependência fosse um direito adquirido, e não uma forma elegante de sujeição. A elite política local, em vez de confrontar a mentira, escolheu domesticá-la. Reproduziu os seus tiques, imitou os seus vícios, adaptou-se ao papel de vassalo eficiente, cobrando lealdade em nome de um desenvolvimento que nunca passou de obra pública e de alcatrão.

A uniformidade é cómoda para quem governa e venenosa para quem é governado. Porque permite aplicar a mesma norma em contextos radicalmente distintos, fingindo equidade onde só há simplificação. Porque permite ignorar as singularidades sem parecer autoritário. Porque permite, sobretudo, esconder a ineficácia atrás da palavra mágica: igualdade. Mas a igualdade que ignora a diferença não é só inútil, é injusta. E, pior ainda, gera um ressentimento surdo, acumulado, que se transforma em desistência, em abstenção, em fuga. O país uniforme é, no fundo, um país de desistentes: desistentes da política, da cidadania, da pertença.

A verdadeira justiça territorial não se alcança ao aplicar o mesmo a todos. Alcança-se tratando de forma diferente o que é diferente, de forma adequada o que é específico, de forma responsável o que é único. A uniformidade é inimiga da liberdade porque não permite escolha. É inimiga da identidade porque desconfia da diferença. E é inimiga da inovação porque reprime tudo o que escapa ao guião central. Onde há uniformidade imposta, há mediocridade protegida. E onde há mediocridade protegida, há estagnação, disfarçada, claro, de estabilidade.

A autonomia, se quiser ser coisa séria, tem de romper com esta lógica. Não basta pedir mais competências. É preciso exigir o direito à diferença institucional como princípio e não como excepção. É preciso escrever novas regras a partir da realidade e não de modelos pré-fabricados. É preciso substituir a obsessão pela simetria pela coragem de experimentar. O país não pode continuar a fingir que se salva inteiro com a mesma receita. Não pode continuar a repetir a mesma música esperando que, de repente, o ritmo combine com todas as danças.

Na Madeira, a diferença é real. Não é uma invenção retórica. É geográfica, cultural, económica, social. É uma diferença que molda a vida quotidiana, impõe desafios e oferece possibilidades. E essa diferença tem de ter uma tradução política. Se a política não serve para dar forma à realidade, então serve para quê? Para decorar boletins oficiais?

Os defensores da uniformidade gostam de invocar o risco da fragmentação. Dizem que se abrirmos demasiado a porta à autonomia, o país parte-se. Não dizem, porque não lhes convém, que o país já está partido. Partido entre litoral e interior. Partido entre capital e província. Partido entre quem decide e quem aguenta. A uniformidade não uniu, anestesiou. E a anestesia pode ser útil numa operação, mas não serve para a vida. A vida exige dor, fricção, realidade. A política também.

A autonomia só será possível e eficaz quando formos capazes de abandonar de vez esta ficção da uniformidade nacional. Quando aceitarmos que a coesão não se constrói apagando as diferenças, mas organizando-as. Quando percebermos que um país só é uno quando cada parte se sente respeitada no que tem de distinto, e não forçada a caber num molde alheio. A Madeira, se quiser ser vanguarda e não apenas uma vitrina, tem de liderar essa ruptura. Com lucidez, com firmeza e com o incómodo saudável de quem sabe que o conforto é o maior inimigo da liberdade.

Parte II

Um Modelo para a Madeira

Do Diagnóstico à Proposta

Capítulo IV

A Autonomia Administrada e os seus Limites

(Ou o elogio fúnebre de uma liberdade com atestado passado em Lisboa e selado em papel timbrado)

A autonomia surgiu como uma resposta pragmática, não como um projecto pensado a fundo. O processo foi apressado, marcado por decisões tomadas sob pressão e por falta de uma estratégia clara para as regiões periféricas. A Madeira foi tratada como um problema a resolver, não como uma prioridade política. O resultado foi um modelo de autonomia com limites bem definidos, concebido para operar em margens apertadas. No papel, o governo regional parecia inovador; na prática, tornou-se uma gestão supervisionada pelo Estado.

O resultado tem sido uma autonomia formal, mas limitada na prática. O governo regional opera sob regras e orçamentos definidos externamente, com pouca margem para tomar decisões estruturais. O parlamento regional legisla sobretudo sobre matérias de alcance reduzido, muitas vezes apenas regulamentando decisões já tomadas a nível central. O essencial permanece fora do seu alcance.

Durante anos, este modelo foi tolerado porque permitia alguma margem de acção, sobretudo graças aos fundos europeus. O desenvolvimento foi frequentemente confundido com dependência orçamental e a autonomia resumiu-se à gestão de transferências. O discurso oficial falava em progresso, mas, na prática, tratava-se de prolongar um sistema tutelado.

Mas os limites dessa autonomia tornaram-se claros sempre que a Madeira buscou mais. Quando se tenta legislar de forma diferente, inovar em áreas sensíveis ou questionar competências da administração central, como a fiscalidade, os limites da autonomia tornam-se evidentes. O poder central recorre a pareceres jurídicos e interpretações restritivas para bloquear iniciativas regionais. O resultado é um processo de decisão lento, marcado por adiamentos e obstáculos burocráticos, que esvaziam a autonomia de conteúdo prático. É vigiado, corrigido e limitado. Parece tratar o povo da

Madeira como um adolescente irresponsável, a quem se concede algum espaço, mas não o controlo. Chamam-lhe responsabilidade partilhada, mas é tutela repartida. Chamam-lhe solidariedade nacional, mas é dependência disfarçada. Enquanto este modelo existir, a Madeira será um território entre a autonomia e a assistência, com as desvantagens de ambas e as vantagens de nenhuma.

Com o tempo, este modelo tornou-se a norma. As gerações mais recentes já cresceram nesse quadro institucional e tendem a aceitá-lo como inevitável. O orçamento regional passou a ser visto como um pedido, não como um instrumento de autonomia. A negociação com o Governo da República tornou-se uma rotina formal. O presidente do Governo Regional actua mais como gestor do que como decisor autónomo. Esta é a consequência directa do desenho constitucional vigente.

A autonomia administrada baseia-se numa ambiguidade funcional: suficiente para criar a aparência de liberdade, mas com mecanismos de controlo que garantem a obediência ao centro. O chamado compromisso constitucional serve, na prática, como instrumento de contenção e vigilância. O governo regional pode tomar decisões, mas sempre dentro de limites definidos externamente e dependente de transferências e aprovação central.

Este modelo tornou-se insustentável porque limita a eficácia da governação e reforça a dependência institucional. O sistema incentiva elites políticas e administrativas a depender de fundos e de decisões externas, reduzindo a ambição e a capacidade de autogoverno. O debate público empobreceu e a autonomia perdeu sentido prático.

Os limites da autonomia também são evidentes na fiscalidade. A Madeira pode ajustar as taxas, mas não definir o modelo fiscal de base. As decisões estruturais permanecem centralizadas, o que resulta numa política fiscal pouco adaptada à realidade regional. O resultado é um sistema incoerente, desenhado para o continente e aplicado à Madeira, com consequências previsíveis quanto à eficácia e à justiça.

Na educação, a situação é semelhante. Os currículos são definidos a nível central, sem adaptação ao contexto regional nem à identidade insular. As escolas e os professores têm pouca influência estratégica e operam segundo normas genéricas. A autonomia limita-se à gestão diária, sem espaço para

reformas estruturais. O mesmo padrão repete-se na saúde, habitação, mobilidade e cultura: há gestão, mas não há direcção própria.

Este modelo impede a aprendizagem institucional porque evita o risco e limita a possibilidade de erro. A inovação é condicionada e a responsabilidade é diluída entre o centro e a região. O resultado é uma política de gestão reactiva, sem espaço para reformas ou experimentação. Quando surgem problemas, a responsabilidade é dispersa e raramente atribuída àqueles que tomam as decisões centrais.

Uma autonomia madura implica o direito de errar e de experimentar políticas próprias, com consequências claras. Para isso, é necessário um novo pacto político, baseado na igualdade e na partilha real de soberania, e não numa delegação condicional. Só assim haverá verdadeira responsabilidade política e capacidade de avaliar os resultados. Só assim a cidadania regional poderá ser activa e não apenas observadora.

O modelo de autonomia controlada atingiu o seu limite. A unidade nacional só se constrói com respeito pela diferença e confiança nas comunidades. A Madeira tem condições para ser um território-piloto de uma abordagem mais flexível do Estado, mas isso exige superar a hesitação em assumir responsabilidades e afirmar-se como entidade política plena.

A autonomia só se concretiza quando implica risco e responsabilidade. Sem isso, não há verdadeira liberdade institucional.

Capítulo V

Os Limites do Autonomismo

(Ou como saber parar antes de se tornar ridículo e reconhecer que até a liberdade precisa de um mapa)

A autonomia, como todas as ideias que seduzem os homens, corre o risco de se tornar num fetiche. Uma daquelas palavras de bandeira que se agitam no vento do descontentamento, como se bastasse gritá-la para que a realidade se dobrasse à vontade de quem a pronuncia. Mas a autonomia, quando levada além dos seus próprios fundamentos ou usada como senha para projectos pessoais, delírios identitários ou fuga às responsabilidades partilhadas, transforma-se num espelho côncavo onde tudo se vê distorcido, inclusive a liberdade.

Por isso, é necessário, antes de prosseguir, traçar os limites. Limites não como travão, mas como alicerce. Não como castração, mas como estrutura. Porque a liberdade política, se não souber onde termina, implode. Ou, pior ainda, torna-se caricatura de si mesma, e a autonomia caricata é o caminho mais rápido para o descrédito. Como todo o poder, o poder autonómico precisa de saber até onde pode ir, para não se perder na arrogância de achar que tudo lhe pertence.

A soberania, como nos ensinou Montesquieu com a frieza dos que pensam melhor do que sentem, exige contenção. O poder tem de ser travado por outro poder. E a liberdade, se quiser durar, precisa de regras claras. O autonomismo sério, o que se escreve com sentido histórico e não com fúria improvisada, sabe disso. E sabe que há quatro pilares que não podem reclamar: Justiça, Defesa Nacional, Negócios Estrangeiros e Segurança Interna. São os núcleos duros da soberania nacional. São o cimento da República. E mexer neles é colocar em risco não só a estabilidade do Estado, mas também a própria legitimidade da autonomia como projecto.

Na Justiça, o sistema judicial pertence ao Estado. Não há, nem deve haver, tribunais autonómicos com jurisdições paralelas ou códigos elaborados por medida local. Mas isso não significa aceitar um sistema cego à realidade insular. A Madeira pode e deve exigir proximidade, celeridade e sensibilidade

local na aplicação da lei. Um juiz que nunca pôs os pés em Machico não pode compreender a realidade de uma disputa fundiária feita de heranças, muros antigos e palavras trocadas entre vizinhos. O problema não é a Justiça ser nacional, é ser surda. E isso é um problema de desenho, não de soberania.

Na Defesa, o mesmo princípio. As Forças Armadas são da República. A estratégia militar é central. Mas isso não impede uma política de cooperação estratégica, nem a criação de infra-estruturas logísticas, centros de vigilância marítima e dispositivos operacionais que tenham em conta a insularidade. A Madeira não deve ter exército próprio, até porque isso seria ridículo, mas deve ter uma voz clara na articulação entre o território e a segurança. Porque quem conhece o mar é quem o habita, não quem o observa em relatórios da Marinha.

Nos Negócios Estrangeiros, a condução da política externa é responsabilidade do Estado. Mas o mundo mudou. E as regiões, especialmente as insulares, passaram a ser actores económicos e culturais em nome próprio. A Madeira tem toda a legitimidade para ter representações técnicas, culturais e económicas nos espaços da sua diáspora e nos mercados estratégicos. Não se trata de fazer diplomacia paralela, mas de exercer influência directa onde o centro nunca chegará com eficácia. O madeirense no Brasil, na África Ocidental, na Venezuela, não reconhece Lisboa, reconhece o Funchal. E esse reconhecimento pode ser política externa sem deixar de ser nacional.

Na Segurança Interna, por fim, a responsabilidade recai sobre a República. Mas ninguém impede que existam corpos policiais adaptados à realidade regional, como forças de proximidade, unidades especializadas e modelos de policiamento sensíveis ao contexto local. Desde que integrados numa estratégia nacional. O problema, como sempre, não é a competência formal, é a ausência de inteligência prática. A Madeira pode ser diferente sem ser dissidente. E esse é o ponto que o autonomismo deve fixar como bússola: autonomia, sim; ruptura, nunca.

Fora destes domínios, o restante deve estar sobre a mesa. Educação, saúde, fiscalidade, transportes, cultura, habitação, inovação, energia, planeamento urbano, governação digital, entre outros. Não por capricho, mas por lógica. O que diz respeito ao território deve ser decidido no próprio território. O que pode ser mais bem feito por quem está perto não deve continuar a ser feito

por quem está longe. Não há razão para que a Região não tenha capacidade legislativa plena em todas as matérias que afectam a vida quotidiana. A centralização destas áreas não é protecção, é desconfiança. E um Estado que desconfia das suas partes está, sem o saber, a preparar o seu próprio colapso.

Mas tudo isto só é possível com estrutura. O autonomismo não pode viver de impulsos. Precisa de instituições. Precisa de órgãos de governo com capacidade legislativa efectiva. Precisa de regimes fiscais diferenciados, desenhados com rigor e aplicados com coragem. Precisa de quadros regulatórios próprios, referendos vinculativos, fiscalização independente. Precisa, sobretudo, de uma elite que não tenha medo de errar e que saiba governar sem o manual de instruções de Lisboa, sem medo da própria sombra. Porque a verdadeira liberdade começa quando deixamos de seguir receitas alheias e passamos a cozinhar com os ingredientes que temos, no tempo que temos, com a fome que temos.

A autonomia, como qualquer ideia política, não é uma promessa; é uma construção. E só se constrói com limites claros, regras partilhadas e responsabilidade assumida. Não há autonomia sem risco. Mas também não há risco que valha a pena sem liberdade.

E a liberdade, essa teimosa, não aceita viver de favor eternamente.

Capítulo VI

A Estrutura do Novo Poder Regional

(Ou como deixar de brincar aos governos e começar finalmente a governar)

Há algo profundamente infantil no modo como a política regional tem sido tratada, por fora e por dentro. Por fora, porque a República olha para os órgãos de governo das Regiões Autónomas como se fossem uma espécie de versão insular do escutismo democrático, com presidentes que inauguram obras já feitas e deputados que fazem perguntas simpáticas para entreter. Por dentro, porque o próprio sistema regional se habituou a essa condição de menoridade institucional, ocupando-se mais da administração do possível do que da construção do necessário. O resultado é um poder regional que fala grosso quando está em campanha e assina pela linha quando chega a Lisboa.

O novo poder regional, se quiser ser digno do nome, tem de ser outra coisa. Tem de nascer de uma ruptura. Uma ruptura institucional, sim, mas, antes de tudo, uma ruptura de carácter. Tem de recusar o modelo actual de autonomia assistida, com o seu Parlamento em ponto pequeno e o seu Governo encadeado em tutelas legais, e afirmar-se como um poder com legitimidade própria, competência legislativa efectiva e capacidade plena de execução. Não se trata de inventar um Estado dentro do Estado. Trata-se de construir, no interior do pacto republicano, um espaço de decisão soberana partilhada, onde a Madeira possa governar-se com os seus próprios meios, os seus próprios critérios e os seus próprios erros.

Essa nova estrutura precisa, desde logo, de um Parlamento Regional com verdadeiro poder legislativo. Um órgão que não se limite a adaptar leis alheias, mas produza normas com força vinculativa sobre todas as matérias da vida regional, excepto, como já vimos, os núcleos da soberania nacional. Um parlamento que seja casa de pensamento e não mera extensão das direcções partidárias. Um parlamento onde se legisle com tempo, com contraditório, com responsabilidade, e não com comunicados de imprensa a anunciar o que já está decidido noutro lado. Um parlamento com liberdade para constituir

comissões independentes, aprovar referendos vinculativos e definir modelos institucionais próprios.

Depois, um Governo Regional com capacidade executiva plena. Um executivo com tutela efectiva sobre as administrações públicas regionais, com liberdade orçamental baseada na arrecadação fiscal local e em instrumentos próprios de planeamento, contratação, avaliação e reforma. Um governo que não dependa da boa vontade de Lisboa para exercer funções básicas, nem da intermediação permanente dos representantes da República para desbloquear processos legislativos. Um governo com margem de manobra para experimentar, para errar, para corrigir, como qualquer governo adulto num sistema democrático. E, sobretudo, um governo que saiba que não pode culpar sempre os outros, porque já não há ninguém a quem culpar.

No plano fiscal, a estrutura do novo poder regional exige um regime próprio. Um sistema fiscal adaptado à realidade insular, justo, com incentivos à produtividade, penalizações ao imobilismo rentista e uma lógica clara de responsabilização orçamental. Gasta quem cobra. Decide quem arrecada. E quem decide e gasta é julgado por isso. Não há autonomia com a mão estendida. E não há poder político sem liberdade de tributar. Isso implica, claro, o fim da chantagem orçamental. A Região deve poder gerir os seus recursos sem viver à espera da transferência do mês seguinte. E se isso obriga a fazer escolhas difíceis, tanto melhor. A autonomia sem escolhas difíceis é jardinagem institucional.

Faltam ainda os instrumentos de participação e de controlo. A democracia regional precisa ser mais do que uma réplica em miniatura da democracia nacional. Precisa de ser mais directa, mais próxima e mais exigente. Isso passa por referendos vinculativos em matérias estruturantes, por orçamentos participativos com valor deliberativo, por mecanismos de iniciativa legislativa popular e por estruturas de fiscalização independente com poder real. O novo poder regional não pode ser apenas mais poder; tem de ser melhor poder. Mais transparente, mais escrutinável, mais permeável à cidadania activa. Porque o que se quer não é mandar mais, e sim mandar bem.

Nenhuma estrutura institucional se sustenta se não for acompanhada por uma cultura política coerente com a sua arquitectura. E o problema da Madeira, como o de muitas democracias regionais em modelo semi-tutelado,

não está apenas na escassez de competências formais; está, sobretudo, na forma como o poder é vivido, exercido, tolerado. A cultura política madeirense habituou-se, ao longo das décadas, à ideia de que o poder regional é uma extensão do aparelho nacional, um prolongamento da lógica partidária, um espaço de recompensa às lealdades internas. Os governos sucedem-se, os partidos mudam de nome ou de rosto, mas a estrutura informal de governação permanece, feita de cumplicidades, opacidades e redes.

O novo poder regional, se quiser nascer com outra respiração, tem de romper com essa forma de fazer política. E isso não se faz por decreto. Faz-se com reformas institucionais que criem incentivos, que premeiem o mérito em vez da fidelidade, que abram espaço a quem pensa antes de prometer e que obriguem todos, todos, a responderem pelo que fazem. O novo poder regional tem de ser uma escola de responsabilidade. Um lugar onde o erro se paga, mas também se recompensa o risco. Onde o silêncio não é cobardia, mas prudência. Onde o conformismo deixa de ser uma carreira.

Uma das chaves dessa transformação está na profissionalização da administração pública regional. Um aparelho técnico competente, estável, imune às marés partidárias, capaz de executar políticas públicas com rigor e inovação. Para isso, é indispensável uma reforma administrativa profunda: concursos verdadeiros, avaliação independente, progressão por mérito, formação contínua, mobilidade interna. A actual administração regional, sufocada por anos de aparelhismo e de mediocridade instalada, precisa ser libertada. Porque sem bons funcionários, não há bom governo. E sem governo competente, a autonomia transforma-se em propaganda institucional.

Outro pilar estrutural é a justiça territorial. A Madeira precisa de um sistema de planeamento urbano e de ordenamento do território que seja realmente regional. Que responda às especificidades geográficas, ambientais e sociais do arquipélago. Que combata a concentração desordenada, a especulação imobiliária e o abandono das zonas rurais. Isso só é possível com quadros legais próprios, agências técnicas independentes e visão de longo prazo. A estrutura do novo poder regional tem de incluir instituições que pensem o território com cabeça própria, e não com réguas importadas.

A cultura institucional da autonomia tem de incluir, ainda, uma dimensão ética: a exigência de integridade. E isso implica criar estruturas de combate à corrupção com autonomia real, orçamento próprio e independência garantida. Nenhum sistema político resiste se não souber punir o abuso. A nova autonomia tem de ser também uma nova moral pública. Onde se saiba que governar é servir, que os cargos são transitórios, que o orçamento não é um pote de distribuição de benefícios, mas um contrato assinado com cada contribuinte. Isso exige leis, sim. Mas exige sobretudo vergonha. E essa ou se cultiva ou não se tem.

Finalmente, há que repensar a relação entre o poder regional e os poderes locais. A nova estrutura autonómica deve recentrar-se, mas não recentralizar. Os municípios e as freguesias não podem continuar a ser deixados à margem, nem a serem tratados como meras unidades operacionais de execução. Têm de ser parte activa no desenho das políticas públicas, com voz e voto nos grandes planos regionais, com acesso a financiamento directo e a instrumentos de coordenação horizontal. Uma autonomia que se concentra apenas no Funchal e ignora o Porto Moniz ou o Curral das Freiras está a repetir, em escala, o mesmo erro de Lisboa.

O poder regional que aqui se propõe não é um Estado dentro do Estado, e sim outra forma de ser Estado. Mais próximo, mais adaptado, mais racional. Um Estado com menos arrogância e mais inteligência. Um Estado que não espera pelo desastre para reformar, nem pela ordem para agir. Um Estado que é, finalmente, adulto. Porque ser adulto, em política, é saber mandar e saber calar, saber decidir e saber parar, saber errar e saber pedir desculpa.

A estrutura do novo poder regional é, em última instância, um espelho. Reflecte sobre aquilo que os madeirenses estão dispostos a exigir de si próprios. Não se constrói sozinha. Não nasce da tecnocracia. Não floresce com discursos. Só se edifica quando há uma comunidade que decide, de forma clara, que chegou a hora de deixar de viver com as migalhas da autonomia. E começar, finalmente, a comer à mesa da liberdade.

Parte III

A República como Comunidade de Comunidades

Reconstruir Portugal a partir da periferia

Capítulo VII

A Farsa do Centralismo Eficiente

(Ou como o Estado se convenceu de que mandar de longe é saber mandar, e nós deixámos que ele acreditasse nisso)

Há uma imagem persistente, repetida como prece em todos os discursos oficiais, como se fosse dogma republicano ou superstição laica: a de que o centralismo é sinónimo de eficiência. Que concentrar é racionalizar, que uniformizar é organizar, que comandar de cima é governar melhor. Esta ideia, que nasceu nos tempos da monarquia absoluta e sobreviveu a todas as repúblicas, todas as constituições e todas as revoluções, continua a circular obstinadamente pelos corredores do Estado, como um velho funcionário público que ninguém tem coragem de reformar e que, por isso, manda mais do que devia.

Mas a verdade, dita sem paninhos quentes nem medo das palavras, é esta: o centralismo é uma farsa. Um teatro de procedimentos. Um engodo institucional em que se finge que a cadeia hierárquica garante qualidade, quando, de facto, o que garante é a paralisia. É mais fácil mandar do Terreiro do Paço do que confiar no que se decide no Funchal. É mais fácil impor regras do que perguntar se fazem sentido. É mais seguro aplicar o mesmo a todos do que admitir que as diferenças existem. O centralismo é, antes de tudo, uma forma de medo. Um medo disfarçado de prudência. Um medo de perder o controlo, de que alguém pense melhor, actue com mais celeridade, inove sem autorização.

A farsa é tão bem montada que até parece respeitável. Tem organigramas, relatórios de execução, gráficos, leis em letra miudinha e planos com nomes cada vez mais longos. Mas por dentro está vazia. Um edifício com fachada institucional e interiores abandonados. A máquina do Estado central funciona à lentidão dos impérios decadentes: pesada, barulhenta, incapaz de ouvir e, sobretudo, de se corrigir. Quando falha, e falha quase sempre, culpa o sistema. Ou os recursos. Ou a complexidade. Ou os territórios que não colaboram. Nunca, porém, admite que o modelo talvez esteja errado.

E o modelo está errado. Porque parte do princípio de que é possível governar eficazmente um país tão diverso como Portugal a partir de uma cidade onde os corredores são mais largos do que as estradas de muitas aldeias. Onde se legisla sem sair do gabinete. Onde se decidem rotas aéreas sem nunca se ter voado numa low cost como um madeirense a tentar regressar a casa por menos de quatrocentos euros. Onde se escreve sobre saúde pública sem nunca se ter entrado no centro de saúde do Porto Santo em Agosto. O centralismo presume conhecimento, mas só tem distância.

E é essa distância que mata a eficiência. Porque governa com fórmulas que não encaixam, com mapas que não coincidem com a realidade, com números que escondem rostos. Centralizar é supor que o país cabe numa folha de cálculo. Que todos têm os mesmos problemas e, portanto, devem receber as mesmas soluções. E quando a realidade se recusa a caber nessa folha, não se muda a fórmula; força-se a realidade. Obriga-se a que funcione. Nem que, para isso, seja preciso ignorar, mentir ou empurrar para mais um estudo de impacto, mais uma comissão técnica, mais uma consulta pública que ninguém lê.

Na Madeira, essa farsa tem sido especialmente cruel. Porque a distância não é apenas administrativa, é geográfica. Não se mede em quilómetros, mas em mentalidades. Lisboa olha para as Regiões Autónomas como departamentos periféricos e governa-as com os mesmos instrumentos com que gere os bairros da periferia da capital. Com despachos, regulamentos e a certeza paternalista de que está a fazer o melhor para todos. Não pergunta. Decide. E depois espera aplauso. Ou pelo menos silêncio. A eficiência, nesta lógica, não é servir melhor, é mandar mais depressa.

Mas o centralismo não só falha, como impede que outros tenham sucesso. Impede que as regiões experimentem. Que inovem. Que reformem. Porque a autonomia, quando começa a dar resultados, torna-se perigosa. É a prova de que o modelo central falha. E o sistema não tolera ser desmentido pelos factos. Por isso bloqueia. Por isso trava. Por isso desconfia. O problema não é técnico, é político. Um problema de poder. E enquanto o centro não aceitar partilhar poder, continuará a vestir a incompetência de eficiência. E a chamá-la de estabilidade.

A verdadeira eficiência, ao contrário do que se ensina, não vem da concentração. Vem da adaptação. Do conhecimento local. Da capacidade de

agir com rapidez, pertinência e responsabilidade. Isso exige proximidade. E exige liberdade. Duas coisas que o centralismo, por definição, não tolera. O que tolera é a delegação, com regras. Com limites. Com a ameaça permanente de revogação. Um favor e não um direito. Uma gestão e não uma governação.

O resultado está à vista. Serviços públicos disfuncionais, decisões adiadas por décadas, políticas públicas desarticuladas, investimentos ridículos em nome de estudos que nunca levam a lado nenhum. Uma administração pesada, cara e que falha sistematicamente os seus objectivos, quando os tem. Um sistema político esgotado, onde a decisão se afoga na espera. E um povo que começa a habituar-se à ideia de que nada funciona e que, portanto, mais vale não esperar nada.

A autonomia, se quiser ser alternativa, tem de ser exactamente o contrário disto. Uma proposta de eficiência verdadeira. Concretizada na prática, testada no território, medida com critérios reais. E isso só será possível quando se romper de vez com esta ilusão fatigada do centralismo eficiente. Quando se tiver a coragem de dizer, alto e bom som, que Lisboa não sabe tudo. Que Lisboa não resolve tudo. Que Lisboa, tantas vezes, só atrasa tudo.

Só então a Madeira poderá ser aquilo que está destinada a ser: um território governado com inteligência, liberdade e coragem. Um lugar onde se decide com conhecimento, se erra com responsabilidade e se acerta com consequência. Um lugar onde a eficiência não é um slogan, mas um acto quotidiano de política bem feita.

Capítulo VIII

Pacto Territorial e Dignidade Política

(Ou como deixar de ser tratado como parente pobre e exigir ser reconhecido como irmão com voto igual na mesa da República)

A política portuguesa vive de pactos invisíveis. Acordos tácitos, nunca escritos, passados de governo em governo, de gabinete em gabinete, como os testamentos das famílias antigas que guardam os seus segredos no fundo da cómoda. Um desses pactos, talvez o mais tóxico, é o que afirma que o território nacional é, sim, uno, mas desigualmente respeitado. Que há zonas de decisão e de execução. Que há centros onde se pensa e periferias onde se obedece. Que há regiões que existem e outras que se toleram.

Este pacto, não declarado mas sistematicamente executado, é o que transforma a Madeira numa espécie de satélite institucional. Um território com direitos administrativos e deveres políticos. Um espaço que pode legislar sobre o peixe-espada e a banana, mas que tem de pedir licença para reformar o seu modelo fiscal. Que pode decidir o traçado das estradas vicinais, mas não os mecanismos de financiamento dos seus hospitais. Um território que, na prática, é livre para aplicar mal as ideias dos outros e castigado se tentar aplicar bem as suas.

A dignidade política, porém, não se mendiga. Não se pede com boas maneiras nem se conquista com deferência institucional. Ou se tem ou se exige. E para que haja dignidade política, tem de haver pacto territorial. Um pacto explícito, claro, reequilibrado. Não um acordo de regime encapotado entre os partidos do centro, mas um novo compromisso entre centro e periferias, entre Lisboa e as Regiões Autónomas, entre o continente e as ilhas. Um pacto que comece por reconhecer que a igualdade formal, aquela que se escreve nas leis e se proclama nos discursos, não vale nada se não for acompanhada por meios, por poder efectivo, por voz real.

A Madeira, como qualquer território com identidade, história e população politicamente consciente, não pode continuar a viver à sombra de um modelo que a trata como um caso especial. O estatuto de excepção, ainda

que bem-intencionado, é uma forma de domesticação. E a domesticidade, em política, é a antecâmara da irrelevância. O novo pacto territorial deve, por isso, partir de um princípio simples: a autonomia não é um desvio, mas uma forma legítima de organização do poder. A diferença institucional não é uma ameaça; é uma resposta concreta à diversidade real do país.

É nesse sentido que se fala em dignidade política. Não é dignidade simbólica, de brasão e de fanfarra. É dignidade concreta que se mede na capacidade de decidir, na liberdade de escolher modelos e na responsabilidade pelos próprios actos. A Madeira não é um anexo. Não é um departamento distante a ser gerido por telefone. É um território com consciência de si, com experiência de governação, com vontade de futuro. E essa consciência merece mais do que transferências. Merece respeito. Respeito político, respeito institucional, respeito constitucional.

Mas para que esse pacto se concretize, não basta boa vontade. É preciso reformular a arquitectura do Estado. A Constituição, tal como está, parte do princípio de que o poder está centrado e só é delegado por excepção. O novo pacto territorial deve inverter essa lógica. Deve fazer da diferenciação o princípio, e não a anomalia. Cada território com as suas competências próprias, com os seus mecanismos de governação e os seus instrumentos de auto-organização. Não por separatismo. Mas por maturidade. Porque só assim se constrói um país coeso. Não um país de cópias, mas um país de comunidades.

O novo pacto territorial não é um gesto de cortesia entre Lisboa e a Madeira, nem uma esmola com assinatura, nem um alívio de consciência dos que mandam sobre o que não conhecem. É um contrato de igualdade substancial. E igualdade, neste contexto, significa ter o mesmo direito ao erro e à construção, ao risco e à responsabilidade, ao sucesso e à falência política. Um pacto em que cada território seja sujeito e não objecto. Participante e não subordinado. E onde a palavra solidariedade não seja o código educado da dependência.

Porque a verdade, a crua, a incómoda, é que o actual regime é feito de hierarquia. Uma hierarquia suave, democrática, revestida de legalidade, mas hierarquia mesmo assim. Lisboa define os quadros, dita as balizas, aprova os estatutos, redige as cláusulas de excepção, distribui os fundos e, no fim, pede agradecimento. Como se a autonomia fosse um favor. Como se o exercício do

poder regional tivesse sempre de vir acompanhado de uma justificação, de um pedido de desculpas ou de uma explicação técnica que traduza a diferença para o idioma do continente.

Ora, não há dignidade política onde há subordinação velada. Onde cada passo é monitorizado. Onde cada desvio exige despacho. Onde cada inovação é vista com desconfiança. O pacto de que se fala aqui é, por isso, profundamente disruptivo. Não se trata de redesenhar o mapa de competências. Trata-se de rever o próprio princípio da organização do Estado. De passar de um modelo de poder concentrado e tolerante à diferença para um modelo de poder distribuído e baseado na confiança mútua. A confiança, essa palavra que a política portuguesa gastou de tanto não a usar.

A Madeira deve poder dizer: "governamo-nos". Não porque rejeitamos o país, mas porque o queremos inteiro. E o queremos inteiro quando ele nos reconhece por inteiro. Quando aceita que a coesão nacional não se constrói à força de uniformidade, mas com respeito à diversidade. Quando admite que o centro não detém o monopólio da competência, da autoridade ou da legitimidade. Quando entende que a República se fortalece com comunidades fortes, e não com territórios obedientes.

Esse pacto também tem de prever mecanismos de cooperação voluntária entre regiões. Um país verdadeiramente descentralizado é um país em que as regiões dialogam entre si, sem pedir permissão ao centro. Onde podem colaborar em matéria de ambiente, energia, cultura, fiscalidade, mobilidade, sem passar pelo filtro hierárquico de Lisboa. Isso não ameaça o Estado; reforça-o. Porque um Estado que confia nos seus territórios é um Estado que se liberta do fardo da tutela constante, da chantagem orçamental disfarçada de racionalização administrativa.

Mas há um custo. O custo da responsabilidade. O novo pacto territorial exige mais de quem governa a partir da Madeira. Obriga a que se governe a sério. Obriga a prestar contas. Obriga a sair do conforto da desculpa permanente, do “a culpa é de Lisboa”, do não nos deixam, do não temos meios. A autonomia, neste pacto, é uma aposta na maioridade política. E como todas as maioridades, tem deveres. Tem o dever de cortar com o clientelismo, com a mediocridade institucional, com a cultura da queixa. Tem o dever de reformar, mesmo quando dói. De decidir, mesmo quando

custa. De inovar, mesmo quando falha.

A dignidade política não é compatível com a preguiça. Nem com a resignação. Nem com a dependência envergonhada. A dignidade política é olhar para o centro e dizer: queremos um pacto entre iguais. Não uma autorização, não uma concessão, não uma esmola. Um pacto. Claro, escrito, transparente. Onde se saiba quem decide o quê, com quais meios e com quais consequências. Onde a Madeira não seja uma peça do Estado, mas uma de suas fundações.

E quando esse pacto existir, quando a dignidade política for restaurada, poderemos dizer, sem ironia, que a República é mesmo de todos. Que a liberdade chegou inteira ao Atlântico. Que o país, finalmente, aprendeu a respeitar-se na pluralidade dos seus territórios. E que a Madeira, ao exigir mais, não se afastou do país, mas obrigou-o a aproximar-se de si próprio.

Capítulo IX

O Autonomismo como Regeneração Republicana

(Ou como a liberdade concreta de uma ilha pode salvar a República da apatia, da burocracia e do tédio moral)

A República Portuguesa, tal como hoje se apresenta, não está em risco de colapso; está em risco de apodrecimento. Não é o sobressalto que a ameaça, e sim o adormecimento. O hábito. A rotina institucional. O vazio ritual de um regime que sobrevive mais por inércia do que por convicção, mais por falta de alternativa do que por força de adesão. O cidadão médio, esse espectro estatístico que os partidos evocam mas nunca escutam, já não acredita que o voto mude alguma coisa, que o Parlamento represente alguém, que o Governo governe com outra lógica que não seja a de manter-se no poder. A democracia representativa, domesticada por décadas de clientelas, tornou-se uma espécie de teatro cansado em que os actores já não sabem para quem representam. E o público, com razão, começa a sair a meio da peça.

Neste contexto de desilusão progressiva, o autonomismo não aparece como ameaça, mas como possibilidade. Uma forma de regenerar a República a partir das suas margens. De refundar o pacto cívico não por cima, mas por baixo. De devolver ao cidadão aquilo que lhe foi subtilmente retirado ao longo dos anos: o poder de decidir, de intervir, de transformar. O autonomismo, longe de ser um projecto separatista ou um capricho regionalista, é um movimento de reanimação da vida democrática. Um gesto de reconstrução institucional que começa onde o Estado já não chega e onde, muitas vezes, nem quer chegar.

É curioso, e talvez trágico, que tenha de ser a periferia a lembrar ao centro aquilo que ele próprio esqueceu: que a República não é um edifício monolítico, mas uma comunidade de comunidades. Que a sua força não está na rigidez das suas instituições, mas na vitalidade das suas partes. Que a lealdade não se impõe, conquista-se. Que a autoridade se esgota quando já não serve. O autonomismo, bem entendido, não é um grito contra Portugal. É um grito dentro de Portugal, pela sua regeneração. Pela sua modernização.

Pela sua reinvenção à escala humana.

A centralização matou o entusiasmo cívico. Tornou o acto político num processo técnico. Revestiu o poder de uma neutralidade higiénica que serve apenas para esconder a ausência de visão. E é precisamente contra essa morte lenta da política que o autonomismo se insurge. Não com violência, nem com populismo, mas com convicção democrática. A ideia é simples e radical: devolver o poder ao lugar onde ele pode ser visto, tocado, julgado. Tirar o monopólio da decisão dos gabinetes da capital e distribuí-lo pelos territórios onde a vida acontece.

Na Madeira, isso ganha um significado especial. Porque aqui, mais do que noutro lado qualquer, a insularidade forçou, desde sempre, a autonomia prática. Governou-se com os meios que havia. Organizou-se a vida colectiva sem esperar sempre pelo continente. Foi essa prática, feita de improviso, de engenho, de necessidade, que moldou uma cultura política que agora precisa ser elevada a sistema. Formalizada. Consolidada. E, sobretudo, reconhecida como um contributo para a reinvenção da República.

Porque a República só se salvará se for capaz de se descentralizar. De se adaptar. De reconhecer que não há país possível sem a pluralidade dos seus territórios, das suas vozes, das suas experiências. E isso só será possível se aceitar, com humildade, que já não pode controlar tudo. Que o poder que não delega é o poder que se degrada. Que o Estado que não confia é o Estado que se afunda. E que a regeneração republicana não se fará a partir de cima, mas da base. Das freguesias, dos concelhos, das ilhas. De onde ainda há pessoas que sabem o nome do presidente da junta e se indignam quando algo corre mal.

A regeneração republicana que o autonomismo propõe não é metafísica, nem utópica, nem adornada de teorias importadas dos manuais de ciência política que se ensinam em Lisboa a jovens que nunca pisaram uma câmara municipal de uma vila ou a junta de freguesia de uma aldeia. É regeneração concreta. Vive de reformas específicas, de actos institucionais mensuráveis, de arquitecturas de poder que devolvam sentido à palavra "governo". Começa pela responsabilidade, esse bem escasso no regime actual, e estende-se à prestação de contas, à liberdade institucional, ao fim do Estado-paizinho que distribui benesses como se fossem esmolas.

A Madeira, como arquétipo de território periférico, porém coeso, é o espaço ideal para ensaiar essa regeneração. Não por ser melhor que os outros, mas por ter uma escala que permite ver de perto as consequências da decisão. Aqui, cada má política tem nome, rosto e endereço. Cada desperdício tem testemunhas. Cada sucesso pode ser replicado. Não há anonimato político numa ilha. E é precisamente essa visibilidade que torna a autonomia insular um antídoto contra a opacidade sistémica da República central. A regeneração começa quando se sabe quem decide e se pode exigir que responda por isso.

O autonomismo, por isso mesmo, é um acto de exigência. Contra o laxismo institucional que se entranhou nas fundações da democracia portuguesa. Contra o hábito de prometer para adiar, de legislar para adormecer, de reformar em ciclos eleitorais. Não quer menos Estado. Quer melhor Estado. Não quer afastar-se da República. Quer salvá-la de si mesma. De um regime que já se habituou à própria fadiga, que já não estranha a sua inércia, que já não se escandaliza com os seus falhanços.

É isso que incomoda tanto no autonomismo sério: que ele não pede. Exige. Que ele não quer cargos. Quer estruturas. Que ele não vive de ressentimento, mas de convicção. Que ele não nasce da queixa, mas da proposta. E, pior ainda para os instalados, ele quer devolver o poder ao cidadão. Ao cidadão real, com voz, com voto, com capacidade de intervenção directa. Porque a regeneração republicana que o autonomismo propõe passa por isso: por acabar com a simulação de cidadania e instaurar uma democracia de proximidade, de presença, de impacto.

E quando isso começar a acontecer, quando se legislar no Funchal com a mesma autoridade com que se legisla em São Bento, quando se decidir no Porto Santo com a mesma legitimidade com que se decide em Belém, então a República deixará de ser uma promessa falhada. Passará a ser um corpo vivo, múltiplo, respirável. Uma construção comum. Um lugar onde a liberdade deixou de ser um conceito e passou a ser uma prática quotidiana.

E aí, sim, poderemos dizer que a Madeira, ao afirmar-se, não se separou: resgatou. Resgatou a política da sua apatia. Resgatou a República da sua decadência. E mostrou que a autonomia não é o fim do país, mas o começo da sua reinvenção.

Parte IV

Laboratório Madeira

A Madeira como vanguarda institucional e social

Capítulo X

Fiscalidade Responsável e Transparente

(Ou como deixar de pedir autorização para respirar e começar a pagar com os próprios bolsos aquilo que se decide com a própria cabeça)

A questão fiscal, essa entidade abstracta que os tecnocratas transformaram num quebra-cabeça de siglas e fórmulas, é, no fundo, a mais concreta das questões políticas. Porque tudo começa e tudo acaba no dinheiro. Quem cobra manda. Quem não cobra, obedece. A Madeira, desde o início da sua chamada autonomia, habituou-se a não mandar. Habituou-se, por um lado, a ser tratada como território dependente de uma almofada orçamental com cheiro a favor mal disfarçado. E, por outro lado, a reproduzir esse mesmo modelo internamente, criando um ecossistema económico que vive do Estado como quem vive da reforma do pai: com respeito hipócrita, mas sem vontade de se tornar adulto.

Durante décadas, foi criada uma cultura fiscal do silêncio. Aqui, consome-se muito, investe-se pouco e paga-se o mínimo possível, sempre esperando que Lisboa venha resolver os problemas com transferências extraordinárias, programas especiais e fundos. Assim nasceu uma economia dependente. Não é a dependência directa da pobreza, mas sim a dependência dos apoios públicos. Os orçamentos regionais tornam-se exercícios complicados, com receitas pouco claras e aplicações difíceis de acompanhar, chegando ao ponto em que nem os próprios responsáveis sabem ao certo de onde vem e para onde vai o dinheiro.

A autonomia real começa aqui: no bolso, na carteira, na folha de receitas. Só pode decidir quem cobra. Só quem decide o que cobra pode ser responsabilizado pelos gastos. Tudo o resto é aparência. Um novo modelo fiscal para a Madeira não é um simples detalhe. É a chave para uma soberania mais forte. Um sistema fiscal regional deve funcionar por si, com impostos adaptados à realidade da ilha, sem prejudicar pequenos negócios, sem apoiar apenas os que vivem de rendas, sem manter hábitos antigos de atraso.

Isso implica um corte. Um corte com o modelo actual de subordinação fiscal. A Madeira deve poder definir as suas taxas, benefícios e penalizações. Deve poder criar incentivos que atendam aos seus objectivos: captação de investimento produtivo, fixação de talento jovem, dinamização da ilha e apoio a sectores estratégicos, como a ciência, o turismo de qualidade e a agricultura inteligente. Deve poder penalizar o que prejudica o território, a especulação imobiliária, o abandono de terrenos, a inércia de empresas-zombie que vivem de adjudicações sucessivas e favores cruzados.

Mas tudo isso só fará sentido com um princípio básico: total transparência. A nova fiscalidade regional não pode ser mais um véu para disfarçar o despesismo. Tem de ser uma ferramenta de responsabilização. Cada euro cobrado deve ter um destino claro. Cada política pública deve ter uma base de financiamento compreensível. Cada cidadão deve poder perceber, sem intermediários nem linguagem codificada, quanto paga, por que paga, para que serve o que pagou. A transparência fiscal não é um extra ético; é uma condição da maturidade política. E a autonomia sem maturidade não é liberdade, e sim risco de tirania local.

Existe o perigo da autonomia sem responsabilidade. O perigo de usar o poder fiscal para repetir, em menor escala, os erros do Estado central. Pode haver mistura entre receita e favores. Também existe o risco de criar excepções especiais e privilégios ocultos. A nova Madeira fiscal não pode ser um local de conveniências. Tem de ser um exemplo de rigor.

É aqui que o autonomismo se distingue do oportunismo: no uso do poder para se limitar a si próprio. A criação de uma Autoridade Tributária Regional independente, por exemplo, com fiscalização externa, auditorias regulares, prestação de contas obrigatória. A existência de uma carta fiscal do contribuinte madeirense que explique direitos, deveres e garantias. Um orçamento que inclua sempre uma nota de responsabilidade fiscal, na qual se diga, preto no branco, o que se está a gastar acima do que se arrecada e como se pretende corrigir. Isto não é burocracia, é cidadania fiscal.

E o mais importante de tudo: ligar o sistema fiscal à política pública. Que o cidadão saiba que, ao pagar um imposto sobre habitação, está a financiar um programa específico de habitação acessível no concelho onde vive. Quando apoia, via impostos, a cultura, está a financiar uma política cultural regional com critérios definidos. Que quando contribui, tem voz. Que

quando exige, tem legitimidade. A fiscalidade, bem desenhada, é o sistema nervoso da democracia. Se for opaca, o corpo paralisa. Se for sensível, o corpo reage.

A Madeira tem aqui uma oportunidade histórica. A de mostrar ao país que é possível ter um modelo fiscal alternativo. Mais simples, mais justo, mais próximo. Que é possível conciliar a competitividade económica com a justiça social. É possível cobrar menos, desde que se gaste melhor. Que é possível atrair sem vender a alma. E que é possível construir uma autonomia que se sustenta com os próprios pés, sem mendigar, sem culpar, sem disfarçar.

Porque não há autonomia com chapéu na mão. E não há dignidade quando o imposto é vivido como castigo. Há, sim, liberdade onde o cidadão sabe o que paga, por que paga e sente que vale a pena pagar.

Capítulo XI

Saúde, Educação, Habitação: Experiências Regionais Livres

(Ou como deixar de aplicar receitas de laboratório nacional a doentes reais, escolas reais, casas reais com telhados que pingam e pessoas lá dentro)

A autonomia só se torna real quando entra na carne das coisas. Quando sai dos discursos, dos preâmbulos, das cláusulas constitucionais com cheiro a mofo e se instala nos lugares onde a vida acontece. É fácil falar de liberdade institucional enquanto se toma café num gabinete bem iluminado, com vista para o mar. É difícil exercê-la num centro de saúde com infiltrações no tecto. Ou numa escola com turmas sobrelotadas e professores desmotivados. Ou num lugar onde o preço do metro quadrado é uma sentença de exílio para quem nasceu ali.

Saúde, educação, habitação: os três pilares de qualquer comunidade decente. E os três sectores em que a autonomia, até agora, tem sido pouco mais do que uma variação orçamental com sotaque insular. Administram-se serviços. Reencaminham-se verbas. Negociam-se contratos. Fazem-se ajustes à margem dos cadernos de encargos. Mas não se reformam sistemas. Não se constroem modelos próprios. Não se ousa dizer: isto, aqui, vai ser feito de outra maneira. Vai ser feito à nossa maneira.

Na saúde, a Madeira tem vivido entre dois extremos: a dependência e o improviso que raramente vai além do remendo. A ideia de que o Serviço Regional de Saúde é um apêndice adaptado do SNS continental revela bem a natureza da nossa não-autonomia. Porque um serviço verdadeiramente regional, pensado de raiz, teria como ponto de partida a realidade do arquipélago: a dispersão geográfica, o envelhecimento populacional, os custos logísticos acrescidos, a pressão sazonal do turismo, a escassez de recursos humanos qualificados.

O que se propõe, portanto, não é gerir melhor o que já existe, e sim construir outro modelo. Um sistema de saúde regional com liberdade de organização, financiamento per capita claro, liberdade de contratação,

incentivos à permanência dos profissionais e uma lógica de proximidade e especialização realista. Centros de saúde com autonomia funcional, redes de cuidados continuados que não sejam meras extensões do hospital central, um sistema de avaliação transparente em que o utente saiba a quem reclamar e o profissional saiba por que é avaliado. E, sobretudo, um sistema que aceite a diferença como critério, e não como obstáculo.

Na educação, o retrato é igualmente triste. Currículos nacionais com conteúdos que ignoram o contexto insular, professores em rotação perpétua e sem vínculos definitivos, escolas dirigidas como repartições, projectos educativos amarrados a metas que não fazem sentido num território com identidade própria. A escola aqui foi transformada em balcão. A criatividade foi substituída por formulários. A autonomia das direcções é uma palavra bonita que morre todos os dias às mãos de regulamentos contraditórios, plataformas que não funcionam e instruções que chegam sempre tarde e por via errada.

A Região precisa de uma escola regional. Não no sentido separatista, mas no sentido profundo do termo: uma escola que forme cidadãos a partir da sua realidade, com memória, território e futuro. Que valorize a história local sem cair no folclore, que ensine com liberdade pedagógica, que respeite os professores como agentes culturais e não como burocratas do ensino. Uma escola onde o currículo seja vivo, onde o pensamento crítico seja encorajado, onde os alunos possam aprender a decidir, a errar, a participar.

E tudo isso exige autonomia. Mas não uma autonomia para brincar. É preciso autonomia real. A de contratar professores fora dos concursos, quando necessário. A de definir conteúdos regionais obrigatórios. A de criar uma carreira docente estável, exigente e valorizada. A de testar métodos novos sem pedir licença a Lisboa. Porque uma ilha que não educa à sua medida está condenada a ser educada à medida dos outros.

E chegamos, por fim, à habitação. Uma palavra dita em voz baixa por quem nunca precisou alugar nada. É repetida em voz alta por quem sabe que o futuro de uma comunidade começa pelo lugar onde dorme. Na Madeira, como no resto do país, a crise da habitação é sintoma de várias doenças: desordenamento urbano, especulação imobiliária, ausência de planeamento. Sobretudo, mostra a dependência de um Estado que legisla à distância, com a mesma perícia com que escreve cartas para destinatários já falecidos.

O modelo actual, se é que se pode chamar modelo ao conjunto de remendos e anúncios pomposos, assenta numa ideia. Acredita-se que o problema se resolve com subsídios. Ou com parcerias público-privadas sem transparência. Ou com projectos-piloto que se eternizam na gaveta do Instituto da Habitação. Ou com apartamentos vazios geridos como peças de xadrez numa política social mal aplicada em Santa Cruz, Calheta, Funchal ou Porto Moniz.

A autonomia habitacional que aqui se propõe é outra coisa. Começa por um diagnóstico local sério: quantas casas há, quantas estão devolutas, quantas famílias vivem em sobrelotação, quais as zonas que estão sob pressão turística e quais estão em declínio. A partir daí, política concreta. Habitação cooperativa. Apoio directo à construção própria com critérios objectivos. Programas de reabilitação urbana com foco na sustentabilidade. Incentivos fiscais à ocupação do interior. Planeamento regional que não se limite a atender aos interesses do construtor amigo do presidente da Câmara.

Mas nada disso acontecerá sem verdadeira autonomia. Autonomia para legislar em matéria de arrendamento, para criar regimes especiais de licenciamento, para definir critérios próprios de acesso à habitação pública. Autonomia para contrariar a lógica do mercado que destrói comunidades. Para proteger os centros históricos da turistificação predatória. Para dizer, com clareza, que as ilhas não são campos de férias permanentes para estrangeiros com reforma gorda enquanto os seus próprios jovens vivem com os pais até aos quarenta anos.

E depois há o essencial: habitação como política transversal. Que articula com a mobilidade, para que as pessoas possam viver longe dos centros sem serem excluídas. Que articula com a saúde, porque não há bem-estar onde há humidade nas paredes e barulho na vizinhança. Que articula com a educação, porque uma criança que dorme num sofá nunca aprenderá o que deveria.

O que se propõe, portanto, não são reformas estéticas. São mudanças estruturais. São experiências políticas reais, realizadas com os instrumentos da autonomia, e não com os restos da administração central. São decisões tomadas aqui, com recursos daqui e responsabilidade perante os cidadãos daqui. Não se trata de reinventar a roda; trata-se de não andar mais com rodas emprestadas, mal calibradas e pneus carecas.

A liberdade, quando não se vê nos serviços de saúde, nas escolas e nas casas, é apenas uma palavra bonita em dia de feriado. A autonomia, para ser vivida, tem de ser vivida no corpo, na sala de espera, na sala de aula, na sala de estar. E é por isso que estas experiências regionais livres não são apenas possíveis. São urgentes.

Capítulo XII

Energia, Inovação e Governação Digital

(Ou como uma ilha cercada de mar pode tornar-se continente de futuro, desde que largue os cabos da dependência e comece a gerar a sua própria luz)

Fala-se muito de inovação como se fosse coisa que se compra ao metro. Como se bastasse abrir um hub, instalar meia dúzia de computadores com nomes em inglês e empilhar jovens de t-shirt e auriculares para que o futuro aconteça por decreto. Inovação, dizem os relatórios, é transversal, é estratégica, é disruptiva, como se fossem ingredientes de um prato moderno sem sabor. Mas a verdade, essa coisa antiga que não cabe em digitalizações, é que não há inovação sem contexto. E o contexto da Madeira é mais do que um mapa com água à volta. É uma condição. Uma tensão entre isolamento e criatividade. Entre carência e invenção. Entre o que falta e o que se consegue fazer mesmo assim.

Durante demasiado tempo, a inovação na Madeira foi uma palavra decorativa. Um ornamento discursivo para justificar projectos de investimento europeu, para embelezar programas operacionais, para colocar na parede de eventos patrocinados pela Região e onde os painéis falam sozinhos para uma plateia sonolenta. A verdadeira inovação, porém, não nasce de cima nem de fora. Nasce da necessidade. E a Madeira, se for honesta consigo mesma, está cheia de necessidade. De energia. De eficiência. De governação que funcione. De um Estado que saiba usar a tecnologia não para se esconder, mas para se tornar mais claro.

Comecemos pela energia. A dependência energética da Madeira é estrutural e humilhante. Uma ilha rodeada de mar, de sol, de vento, ainda vive como quem espera que lhe mandem luz por avião. O modelo actual é caro, poluente e vulnerável. E, pior do que isso, é passivo. A Madeira consome o que lhe permitem, ao preço que decidem, com os limites que impõem. E depois, como em tudo, agradece.

O que se propõe, aqui, não é um plano de transição energética redigido por engenheiros com pós-graduação em Bruxelas. É um projecto de emancipação. Um sistema regional de energia assente na produção descentralizada, nas renováveis, na gestão inteligente da rede. A energia como bem comum, não como mercadoria importada. Pequenas centrais fotovoltaicas em telhados públicos e privados, comunidades energéticas, investimento sério em tecnologias oceânicas, investigação aplicada à escala insular. E porque não estudar o nuclear à luz do que se sabe hoje?

Um sistema autónomo, sim, mas também partilhado. Onde o consumidor possa ser produtor, onde o território se torne actor, onde a política energética deixe de ser assunto de gabinete e passe a ser tema de todos.

Mas nada disto acontecerá sem governação digital. Não como moda, mas como mudança de paradigma. A Madeira tem a oportunidade rara de ser pequena o suficiente para testar tudo e grande o suficiente para valer a pena. Um sistema regional de governação digital não é um portal bonito com login e palavras-passe. É uma nova gramática do poder. É transparência radical. É acesso aos dados públicos em tempo real. É simplificação administrativa levada até ao osso. É acabar com as filas, com os papéis, com os carimbos e com os directores de departamento que ainda acham que a burocracia é uma forma de autoridade.

O Governo Regional, se quiser ser exemplo, tem de começar por si. Orçamento aberto. Contratos públicos com visualização simples. Plataformas de participação cidadã que funcionem. Avaliação de políticas públicas feita por dados abertos, e não por comunicados. Inteligência artificial não para controlar, mas para servir. E acima de tudo: formação. A transição digital não se faz com discursos, faz-se com gente capaz. Técnicos preparados. Quadros formados. Um Estado que não tenha medo de recrutar quem sabe mais do que os seus directores.

A inovação, se for séria, não se mede pelo número de startups por metro quadrado, nem pelo brilho das apresentações em salas escuras com palavras em inglês projectadas em fundo azul. Mede-se pelo modo como altera as relações de poder. Como redistribui capacidades. Como reduz a distância entre quem decide e quem espera. A governação digital, neste contexto, não é apenas uma ferramenta. É uma nova arquitectura do Estado. Uma que pode

ser construída do zero, sem os vícios do continente, sem os emaranhados institucionais das grandes cidades, sem os lobbies de Lisboa sempre prontos a vender soluções proprietárias disfarçadas de inovação.

A Madeira pode, se quiser, tornar-se referência. Uma ilha onde os processos administrativos demoram minutos, não meses. Onde o licenciamento de uma empresa, de uma casa, de uma actividade económica, não se perca em corredores de edifícios públicos mal iluminados, mas se resolva com transparência e celeridade. Onde os cidadãos possam saber, a qualquer momento, quanto se gastou num projecto, quem o executou, qual o prazo, qual o critério da escolha. Onde a informação pública seja mesmo pública, e não uma ficção acessível apenas aos bem relacionados.

Para isso, é necessário romper. Romper com o culto do sigilo administrativo. Com o medo da prestação de contas. Com a ideia absurda de que a complexidade é sinal de sofisticação. O novo Estado regional, se quiser ser novo, tem de ser simples, claro, directo. Um Estado que não exija ao cidadão que decifre leis para exercer direitos. Que não coloque a sua incompetência atrás de formulários. Que não exiba o seu poder através da demora. O papel da governação digital é, portanto, duplo: modernizar e desarmar. Tornar tudo mais eficiente e tornar tudo mais humilde.

E, no coração disso tudo, está a soberania tecnológica. A capacidade da Região controlar os seus sistemas, os seus dados, a sua infraestrutura crítica. Não depender de plataformas contratadas ao desbarato. Não confiar a terceiros aquilo que deveria ser controlado por dentro. Uma política pública regional para a tecnologia exige investimento sério, estratégias de médio prazo, pensamento estruturado. E exige uma decisão política firme: a de não aceitar mais ser laboratório de erros cometidos noutro lado. Se é para experimentar, que se experimente com critério. Se é para falhar, que se falhe com responsabilidade.

A Madeira tem todas as condições para isto. Tem escala. Tem território delimitado. Tem população suficientemente pequena para que se veja o efeito de cada decisão. Tem ilhas como unidades políticas naturais de experimentação. Pode testar modelos de smart city em Machico, redes energéticas comunitárias em Santana, automatização administrativa em São Vicente, políticas de dados abertos no Funchal. Pode, se quiser, tornar-se na vanguarda da administração pública portuguesa. Mas, para isso, precisa de

uma coisa que falta quase sempre: coragem institucional.

Coragem para dizer que o tempo da desculpa acabou. Que a insularidade não serve para justificar atrasos, mas para permitir saltos. Que a inovação não é luxo, é necessidade. Que o futuro não se espera, constrói-se. E que a autonomia só será real quando também for digital, energética, tecnológica. Quando deixar de ser uma gestão de resíduos administrativos e passar a ser um sistema vivo, adaptável, em tempo real, pensado por nós, feito por nós, corrigido por nós.

A autonomia é, afinal, isto: um sistema nervoso com memória. Capaz de agir, de aprender, de evoluir. Se for só músculo, cansa. Se for só voz, enrouquece. Mas se for cérebro e coração, então sim, então começa a governar-se a sério.

Capítulo XIII

Diplomacia Regional e Diáspora

(Ou como a Madeira pode estar no mundo sem pedir licença e como o mundo continua a viver dentro da Madeira, mesmo que a Madeira teime em esquecê-lo)

Houve um tempo em que a Madeira era um cais. Um cais pequeno, sim, mas teimoso, com gente a sair e a entrar, a despedir-se e a regressar, a fazer contas no Atlântico entre o que deixava e o que levava. O madeirense, desde cedo, habituou-se à ideia de que o mundo era também casa. Não por vocação cosmopolita, mas por necessidade, essa mestra sem diploma que nos ensina mais do que todas as escolas. A emigração não foi uma escolha. Foi fuga, foi sobrevivência, foi esperança com passagem só de ida. E com ela foi a Madeira, em pedaços, para a Venezuela, para a África do Sul, para a Austrália, para os Estados Unidos, para o Brasil. Uma diáspora feita de nomes que ainda enchem as listas telefónicas da ilha, mas que há muito deixaram de tocar cá.

Durante anos, a Região limitou-se a ver na diáspora um álbum de família. Um lugar de saudade, de boletins de voto perdidos não utilizados, de visitas oficiais com bandeirinhas e discursos. Uma comunidade útil para encher auditórios, mas ausente da estratégia política. Um público, não um actor. A diplomacia, essa, ficava para Lisboa. A Madeira, diziam, não tem política externa. Não é Estado. Não tem competência. Não pode representar-se. A sua função era a de uma bem-comportada província adjacente: calar, receber, agradecer.

Mas o mundo mudou. As regiões, por toda a parte, começaram a agir. A pensar para além das suas fronteiras administrativas. A compreender que a economia, a cultura, a ciência, o turismo, a sua própria identidade política, exigem representação. Relação. Presença. A Madeira, se quiser existir como sujeito político moderno, tem de deixar de ser uma ilha fechada à chave da Constituição. E isso começa por assumir a sua própria diplomacia. Uma diplomacia regional, sim, com critérios, com limites, com lealdade ao Estado soberano, mas com estratégia.

A diplomacia regional não é uma embaixada com pompa. É presença nos mercados relevantes. É acção económica com foco. É cultura com direcção. É voz nas redes onde se decidem interesses. A Madeira precisa de se fazer representar, com dignidade e método, na África Ocidental, na América Latina, na União Europeia e nas instituições internacionais que afectam a sua economia, o seu mar e a sua autonomia. Precisa de ter escritórios de representação económica e cultural onde vivem as suas comunidades. Precisa deixar de ser representada apenas por quem não a conhece.

Mais do que isso: a Madeira precisa falar com a sua diáspora. Não com o paternalismo de quem envia bolos de mel e cartões de Boas Festas, mas com a seriedade de quem reconhece ali um poder por activar. Um capital humano imenso, disperso, esquecido, mas capaz. Empresários, académicos, artistas, técnicos, gente que partiu e que sabe, e que faria muito mais do que enviar remessas se soubesse que era chamada a participar, não a reverenciar. A diáspora não precisa de folclore, precisa de sentido.

Isto implica, claro, rupturas. Ruptura com a ideia de que só o Ministério dos Negócios Estrangeiros tem voz. Ruptura com a visão provinciana que teme o ridículo sempre que se fala em Madeira e diplomacia na mesma frase. Ruptura com o medo de Lisboa, esse medo herdado, entranhado, de que a autonomia, se se afirmar no mundo, acaba por soar a desafio. Mas não é desafio, é maturidade. Porque a verdadeira lealdade é activa. E quem age em nome próprio, dentro dos limites do pacto nacional, não está a trair, está a construir.

A Madeira, como região insular atlântica, tem um lugar no mundo que não passa por Lisboa. Não é ofensa: é geografia, história, vocação. A política regional externa deve articular-se com o Estado, sim, mas não se pode anular por causa dele. Precisa de orçamento próprio, de quadros competentes e de um plano claro. Precisa de responder aos desafios do comércio internacional, da mobilidade estudantil, da diplomacia cultural e da cooperação técnica com ilhas e regiões semelhantes.

Esse é o novo horizonte da autonomia: ser parte da República e, ao mesmo tempo, ter voz própria no mundo. Uma voz com sotaque, sal, montanha. Uma voz que saiba dizer "aqui estamos". Não para separar, mas para ser inteira.

Porque a Madeira já está no mundo. O que falta é que esteja por si. E que o mundo, ao vê-la, perceba que fala com uma região que já não quer apenas ser lembrada, mas ser escutada.

Parte V

Política com Responsabilidade

Da queixa à acção

Capítulo XIV

A Autonomia Não É Um Cheque em Branco

(Ou como o poder que não se mede acaba sempre por se gastar como se fosse de papel, e a liberdade sem dever transforma-se em farsa com orçamento)

A autonomia, quando foi conquistada, vinha embrulhada em promessas. Ainda não havia bandeiras hasteadas, nem gabinetes com vista para a marina, nem conferências de imprensa para dizer que tudo estava bem. Havia só a urgência de não voltar atrás. Uma espécie de pacto mal escrito entre o que éramos e o que queríamos ser, e por isso, durante algum tempo, tudo pareceu possível. Mas o tempo, esse burocrata implacável, trata sempre de desgastar até a mais justa das vitórias. E o que começou como conquista tornou-se, pouco a pouco, rotina. Depois, hábito. Depois, desculpa.

Hoje, a autonomia corre o risco de ser confundida com privilégio. Como se fosse um direito sem dever, uma atribuição sem consequência. Há quem a use para reivindicar sem propor. Para gastar sem prestar contas. Para proteger interesses próprios sob o pretexto da insularidade. E isso, sejamos claros, é traição, não ao Estado, nem à Constituição, mas à ideia fundadora da autonomia: a de que o poder regional devia aproximar o governo dos governados, tornar a política mais eficaz, mais justa, mais transparente. A autonomia não foi concebida para multiplicar dependências, mas para romper com elas.

O poder que não se responsabiliza morre. Morre de inércia, morre de desconfiança, morre de ridículo. A autonomia, se não se vigia, se não se exige e se não se mede, transforma-se numa espécie de caciquismo moderno. Ganha ar institucional, linguagem tecnocrática e uma sucessão de gestos vazios. Esses gestos alimentam a máquina partidária que vive da ilusão de governar. Uma autonomia sem responsabilidade é, na melhor das hipóteses, um folheto de turismo com bons gráficos. Na pior, é um pretexto para continuar a fingir que se decide, enquanto se espera, sempre, que Lisboa resolva.

E é aqui que entra a questão central deste capítulo: a autonomia não é um cheque em branco. Não é um espaço de impunidade em que tudo possa ser justificado com o argumento da diferença. Não é um território livre de escrutínio. Não é um escudo contra a crítica. É, se for levada a sério, exactamente o contrário: um espaço de maior exigência. Porque quem reclama o direito de se governar reclama também o dever de responder. Não apenas nas urnas, uma vez por legislatura, mas todos os dias, em cada acto público, em cada decisão orçamental, em cada política que afasta ou aproxima os cidadãos da sua própria dignidade.

A autonomia exige, pois, um novo contrato moral entre governantes e governados. Um contrato em que não haja lugar para o velho discurso de que "não nos deixam". Onde não se possa esconder a incompetência atrás do centralismo. Onde os erros não sejam sempre atribuídos a Lisboa, à União Europeia, ao clima, ao passado ou aos outros. Um contrato em que o poder regional saiba que a liberdade tem um preço e que esse preço é a responsabilidade total pelo que se faz com ela. Governa-se com os recursos que se têm. Mas governa-se. E quem governa assume. Sem desculpas. Sem lamúrias.

Este novo contrato começa, evidentemente, pela transparência. A transparência orçamental, a transparência contratual, a transparência na definição de prioridades políticas. Não basta fazer; é preciso mostrar como se faz, por que se faz, com que meios se faz e a quem se presta contas. O cidadão madeirense, seja do Funchal ou da Ribeira da Janela, não pode continuar a ser tratado como alguém a quem se dão explicações apenas quando o assunto aparece no jornal. A autonomia será verdadeira quando os seus actores principais perceberem que a política é serviço e que o serviço sem escrutínio é só oportunismo com bandeira.

A segunda dimensão desse contrato é a eficácia. Um governo regional que não resolve é um governo regional que deslegitima a própria autonomia. As promessas eternas, as inaugurações sem funcionamento, os projectos faraónicos que não respondem a necessidades concretas, tudo isso mina o crédito da autonomia junto de quem mais importa: os que vivem nela. A descentralização do poder só faz sentido se se traduzir numa melhoria real na vida das pessoas. Se os problemas são os mesmos há vinte anos, o problema não é a falta de autonomia; é o uso que se faz dela.

E depois há a coragem. A coragem de reformar o que não serve. De admitir que há políticas erradas. De reconhecer que a autonomia também falha. Porque falhar não é o problema, esconder o fracasso, sim. A Região Autónoma da Madeira tem hoje instituições, recursos e meios para experimentar, criar e corrigir. Mas não os usa como devia. Prefere, muitas vezes, a gestão da estabilidade, essa forma polida de dizer que nada se quer mudar. E nada é mais contrário ao espírito autonomista do que a recusa da mudança em nome do conforto dos instalados.

A autonomia não é propriedade de um partido. Não é património de uma geração. Não é instrumento de uma elite. É um bem comum. E, como todo o bem comum, precisa de vigilância, de ética, de contenção. Precisa, acima de tudo, de cidadania. Uma cidadania activa, informada, exigente, que perceba que a autonomia é também sua e que só será plena se for também vigilante. Porque o poder, quando se instala sem controlo, repete sempre a mesma história: transforma-se em caricatura. E a autonomia, essa conquista dura e legítima, não pode acabar como uma caricatura de si mesma.

A autonomia, portanto, não é um cheque em branco. É um contrato com cláusulas muito claras. E a primeira delas é esta: quem quer mandar, assume. E quem assume responde. Tudo o resto é teatro. E nós, por muito tempo, já vimos peças a mais.

Capítulo XV

O Novo Contrato Social Madeirense

(Ou como recomeçar do princípio com o que nos resta: terra, memória, gente e a vontade de não morrer como um postal ilustrado para turistas alemães)

Diziam-nos que estávamos bem. Que vivíamos como nunca. Que era preciso não estragar. Que as coisas levavam tempo e que a Madeira se tinha modernizado, urbanizado, civilizado. Apontavam para os centros de saúde como se fossem catedrais e para os centros cívicos como se tivessem sido descobertos no deserto por um povo errante. Apontavam, sim, sempre a apontar, como quem distrai uma criança com o dedo para que não olhe o que está a acontecer no bolso. E nós olhávamos. Para os hospitais com paredes de vidro e esperas de meses, para as escolas com salas de aula com professores sem motivação, para as habitações sociais degradadas com escadas de cimento cru e varandas para o nada. Olhávamos. E fomos acreditando.

O contrato social que nos deram, ou que nos deixaram pensar que nos deram, tinha cheiro a papel timbrado e a tinta ainda húmida de despacho governativo. Vinha acompanhado de programas operacionais, quadros comunitários, siglas empilhadas umas sobre as outras: PIDDAC, PRODERAM, PRR, etc. Era com essas letras que se escrevia o futuro. E quem questionava era rotulado de ingrato, de ressentido, de perigoso. "Isto era uma miséria, não se lembra?", diziam. Como se a miséria fosse justificativa da mediocridade, como se o passado legitimasse eternamente o presente. E assim se fez a grande ilusão: um povo anestesiado por verbas, governado por intermediação, reduzido a beneficiário de medidas alheias.

O velho contrato social baseava-se num tripé instável: centralismo financeiro, protecção política e obediência institucional. A Madeira recebia, mas não decidia. Administrava, mas não reformava. Executava, mas não criava. A autonomia, esvaziada do seu impulso fundacional, tornou-se um esquema de gestão da dependência, um mecanismo de autocontrolo. O Governo Regional, transformado em entidade intermediária, prestava contas

a Lisboa mais do que ao povo madeirense. E o povo, por sua vez, habituou-se à lógica do favor: quem nos governa dá-nos o que pode como se fosse dele e, por isso, cala-se, aceita-se, vota-se.

Herdeiros de um paternalismo que atravessou regimes, do Estado Novo à democracia constitucional, fomos treinados para a obediência e não para a exigência. A política fez-se por cumplicidade, não por confronto. A cidadania dissolveu-se na gratidão mal digerida, no medo de represálias, na esperança de um subsídio. As autarquias, domesticadas. A imprensa, manietada. A oposição folclórica. Os cidadãos, espectadores num teatro onde os actores recitam sempre o mesmo guião, encenado para parecer novo a cada quatro anos. A nossa autonomia, essa palavra grande, foi-se tornando pequena, gasta, quase ridícula.

A responsabilidade, ninguém a queria. Quando as coisas corriam bem, o mérito era do Governo. Quando corriam mal, a culpa era de Lisboa. Se havia crescimento, era porque a Região era um exemplo. Se havia estagnação, era por causa do continente. Se havia investimento, era graças à confiança no executivo regional. Se não havia, era porque Bruxelas não entendia a especificidade insular. Assim se viveu, entre a glória e a queixa, sem jamais aceitar a verdade nua: o contrato estava viciado de origem. Prometia liberdade, mas não a concedia. Prometia autonomia, mas tratava-a como se fosse tutela.

E, no entanto, aguentou-se. Porque o povo resiste sempre mais do que deveria. Porque se habitua. Porque tem medo. Porque ama a sua terra e não quer ver nela conflito. Mas a paciência não é eterna. E a confiança, quando se quebra, não volta inteira. Os jovens começam a sair, não por rebeldia, mas por cansaço. Os velhos começam a falar mais, não por coragem, mas porque já não têm nada a perder. As instituições começam a corroer-se por dentro. As palavras perdem valor. E o contrato, esse, torna-se letra morta. Está aí, pendurado em molduras, nos discursos de circunstância, nos documentos oficiais. Mas ninguém acredita nele. Nem quem o invoca.

É altura de dizer, sem rodeios: o contrato social da autonomia falhou. Não por culpa dos seus princípios, mas por traição à sua promessa. Tornou-se mecanismo de sobrevivência política. Máquina de adjudicação. Aparato de reprodução do poder. É um contrato que serve para perpetuar interesses, e não para garantir justiça; não é contrato: é arma.

Reformar este contrato, como alguns ainda sugerem com delicadeza, é impossível. Não há nada a salvar; há tudo a refazer. Comecemos do chão, do princípio, com outra lógica, outra ética, outro desenho. Um apelo directo: é hora de agir. Assuma, cada um de nós, a responsabilidade de exigir uma verdadeira autonomia. O novo contrato reclama cidadãos activos, que não aceitam, mas decidem e constroem. Junte-se a esta mudança. É tempo de escrevermos juntos o destino madeirense.

O novo contrato social madeirense não se constrói com boas intenções nem com frases bonitas gravadas em mármore à entrada de edifícios públicos onde não entra ar desde os anos noventa. Não nasce de programas eleitorais impressos a duas cores e distribuídos em arraiais. E, sobretudo, não se impõe. Não é coisa de gabinete, de universidade, de reunião à porta fechada com café aguado e queijadas mal cozidas. O novo contrato, se for mesmo novo, tem de nascer da realidade. Tem de cheirar a terra molhada depois da rega. Tem de saber o espada grelhada à beira mar. Tem de arder como os olhos de quem carrega sacos para o hotel onde trabalha e sabe que a sua filha vai emigrar sem voltar.

O que deve mudar? Tudo. E tudo começa por onde mais custa: o poder. O poder que está nas mãos de quem não presta contas, de quem se habituou a mandar sem ouvir, de quem toma decisões como quem distribui favores. O novo contrato social exige redistribuição institucional. Uma nova gramática política em que o Governo Regional não seja o sol à volta do qual tudo gira. Onde as autarquias não sejam satélites obedientes, mas sim centros de decisão. Onde os cidadãos não sejam apenas eleitores de quatro em quatro anos, mas agentes permanentes de fiscalização, proposta e correcção.

A democracia madeirense, tal como está, é um sistema fechado. Reproduz-se. Protege-se. Cria anticorpos contra tudo o que a desafia. O novo contrato social deve abri-la. Introduzir mecanismos de participação directa. Orçamentos participativos vinculativos. Referendos locais. Assembleias de cidadãos por sorteio. Revisão do sistema eleitoral para garantir representatividade e o fim da hegemonia partidária absoluta. O novo contrato, se for sério, tem de atacar o coração do problema: o conforto dos instalados. E isso, como se sabe, provoca sempre gritos de escândalo por parte dos mesmos, que chamam de populismo qualquer ideia que retire poder a quem sempre o teve.

Depois, o modelo económico. A Madeira vive de um sistema de rentismo assistido. Constrói-se, aposta-se no turismo de volume, subsidia-se, transfere-se, adia-se. O Estado, regional e central, tornou-se o principal cliente, o maior investidor, o patrão implícito. Isso não é economia. Isso é sobrevivência. E a sobrevivência, como modo de vida, gera submissão. O novo contrato social exige, pois, uma nova economia: diversificada, resiliente, produtiva. Que valorize a agricultura moderna, as indústrias criativas, a economia do conhecimento, a transição energética, a circularidade. Que não dependa eternamente do turismo, nem se resigne a ser uma versão tropical do Algarve.

Essa economia nova tem de assentar na liberdade e não no compadrio. Incentivos fiscais claros, sim. Apoio à inovação, claro. Mas com regras. Com avaliação. Com retorno público. Acabar com as empresas-fantasma, com os circuitos fechados de adjudicação, com os concursos feitos à medida, com a subsidiação sempre aos mesmos que não dão resultados palpáveis. Criar um ambiente em que o mérito valha mais do que a ligação partidária. Onde seja possível empreender sem antes telefonar ao político. Onde o risco seja respeitado e não punido. Um ecossistema de iniciativa privada forte, com o Estado a regular, não a substituir.

A educação, essa também, tem de mudar. Deixou de formar para a liberdade. Forma para a função, para o exame, para a obediência. O novo contrato tem de devolver à escola a sua missão principal: formar cidadãos. Ensinar a pensar, a duvidar, a argumentar. Trazer para o centro da aprendizagem a história local, a economia da região, a ecologia das ilhas, a cultura viva. Dar autonomia pedagógica real às escolas. Valorizar os professores como intelectuais e não como tarefeiros. E garantir que todas as crianças, do Porto Santo à Ponta do Pargo, tenham acesso à mesma qualidade educativa, sem desigualdades que se prolongam pela vida fora.

E a justiça social? Essa deve deixar de ser usada como álibi. O novo contrato não pode continuar a aceitar que se fale de coesão apenas para justificar a continuidade da pobreza. A pobreza não é destino, é fracasso político. O novo contrato exige medidas concretas: habitação acessível, transportes públicos decentes, saúde mental incluída no sistema, apoio à parentalidade, combate à solidão dos idosos e à precariedade laboral. Um contrato que não trate os pobres como casos sociais, mas como cidadãos com

direitos.

Mas há ainda um ponto que atravessa todos os outros: a cultura. A cultura como identidade, como criação, como fermento democrático. O novo contrato tem de reconhecer que não há Madeira sem cultura e que cultura não é só folclore de domingo, nem festival importado com cachets obscenos. Cultura é o que nos liga à terra, aos mortos, aos livros, ao mar. Cultura é teatro, é literatura, é cinema, é arte, é pensamento. Cultura não é entretenimento. E sem pensamento, o contrato será letra morta. Porque sem pensamento, repetimos. Repetimos tudo. Inclusive os erros.

E, por fim, ou por princípio, a exigência. Um povo que não exige não é autónomo. A liberdade não é um presente; é um exercício. O novo contrato social madeirense começa no momento em que os cidadãos assumem que a autonomia não é só uma coisa que se tem, mas uma coisa que se faz. Todos os dias. Com os pés na terra e os olhos no futuro.

Nenhuma ideia se concretiza sozinha. Nenhum contrato se escreve no vazio. Nenhuma vontade colectiva se organiza por inspiração divina ou por espontaneidade mágica. Para que o novo contrato social madeirense seja mais do que um manifesto bonito ou um discurso inflamado entre palmas, é preciso método, estrutura, coragem e persistência. E é preciso, antes de tudo, desfazer o equívoco de que a mudança virá de cima. Não virá. Não pode vir. Porque quem está em cima há muito tempo já não vê. O novo contrato não será assinado entre gabinetes. Será escrito a muitas mãos, com tinta real, em papel grosso e com a assinatura calada de quem nunca foi ouvido.

Primeiro, é preciso criar as condições institucionais para a ruptura. E isso começa por rever o que existe. Rever, por exemplo, o Estatuto Político-Administrativo da Região, essa peça legal esburacada que já não serve senão para proteger quem está no poder. É necessária uma nova arquitectura da autonomia. Que reconheça competências exclusivas da Região em domínios fundamentais: educação, saúde, habitação, energia, transportes, ambiente, cultura. Que estabeleça o direito da Madeira de legislar onde mais lhe importa, com mecanismos próprios de fiscalização e controlo. Um Parlamento Regional livre, com poderes reais, em que os deputados não sejam meros burocratas partidários, mas representantes de um povo que pensa e não se ajoelha.

Em segundo lugar, é preciso redesenhar o orçamento regional. O dinheiro, esse líquido espesso que tudo corrompe se não for vigiado, tem de deixar de ser opaco. A Região precisa de um Orçamento Regional vinculativo, transparente e acessível a qualquer cidadão. Não como decoração institucional, mas como mecanismo efetivo de distribuição de poder. Cada madeirense deve saber para onde vai cada euro. Quem gasta, por que razão gasta e com que resultado? A nova autonomia só será credível se for acompanhada de uma cultura radical de prestação de contas. Cada obra, cada programa, cada subsídio devem estar acessíveis online, auditáveis em tempo real, fiscalizáveis por qualquer cidadão com ligação à internet e dois dedos de testa.

Terceiro: investir nas pessoas. Não há novo contrato sem nova cidadania. Isso implica um programa massivo de literacia política, fiscal, digital. Cidadãos informados, capazes de entender o que é uma política pública, o que é um orçamento, o que é um plano de mobilidade ou de habitação. Formar jovens para a participação cívica. Apoiar associações independentes. Criar conselhos locais de acompanhamento de políticas sectoriais, com poder real. Se a Madeira quiser ser laboratório de uma nova democracia, precisa criar instrumentos para que a democracia seja vivida todos os dias, em todas as freguesias.

Quarto: uma justiça feita para o cidadão. Não há contrato social sem confiança. E não há confiança onde a justiça tarda, falha, protege os poderosos e ignora os pequenos. A Região precisa de exigir de Lisboa e da sua organização judicial uma adaptação real ao território. Tribunais próximos. Julgamentos céleres. Mecanismos de mediação local. Acesso gratuito à justiça para quem não tem meios. Combate à corrupção com unidades locais autónomas, promotores públicos independentes, recursos e coragem. Nada mais destrói o contrato social do que a percepção de impunidade. E a Madeira, hoje, está farta de saber que há dois tipos de crime: o dos pobres e o dos protegidos.

Quinto: mobilizar a diáspora como força viva. O novo contrato social não se limita ao arquipélago. Estende-se aos milhares de madeirenses espalhados pelo mundo. São parte do corpo colectivo da Região. Devem votar, sim. Mas mais: devem participar. Trazer conhecimento, experiência, redes. Criar uma plataforma de colaboração aberta, com projectos conjuntos, bolsas de

investigação, investimento directo da diáspora em áreas estratégicas. A Madeira não pode continuar a ver os seus emigrantes como pais natalícios que mandam remessas em Dezembro. São recursos vivos. E o novo contrato deve incluí-los de forma estrutural.

Sexto: mudar a forma como se faz política. O novo contrato social exige outra linguagem. Outra presença. Outra maneira de estar. Acabar com o comício como forma de governo. Com o palanque como modo de representação. Com a visitinha a tudo o que mexe como prova de vida. Com o insulto como substituto do argumento. A política tem de ser feita em círculos, não em escadas. Em assembleias de vizinhança, em fóruns abertos, em reuniões em que o cidadão fale e o político ouça. A Madeira precisa de uma nova geração de servidores públicos. Não de profissionais da propaganda. De gente disposta a estar e não a parecer. A servir, e não a subir.

Sétimo: adoptar indicadores de bem-estar regional. O PIB não chega. O desemprego disfarça. A dívida mente. O novo contrato deve incluir métricas claras de qualidade de vida. Acesso à saúde, tempo médio de deslocação casa-trabalho, ordenados como percentagem do rendimento, taxa de desinformação, sentimento de pertença. Medir o que conta. Avaliar o que importa. Premiar o que melhora a vida real. A política, se não serve para isto, serve para quê?

Oitavo e último: criar um espaço permanente para a revisão do próprio contrato. Nada é definitivo. Nenhum modelo deve fossilizar. O contrato social deve ser um organismo vivo. Com espaço para adaptação, para autocrítica, para mudança. Um Conselho Regional do Contrato Social, plural, rotativo, aberto, com funções consultivas e propositivas. Com representação das diversas zonas da ilha, das gerações, dos sectores sociais. Um espaço onde o contrato permaneça vivo e onde o povo se reveja, mesmo que não concorde sempre.

Porque, no fim, o novo contrato social madeirense não é uma fórmula. É um pacto ético. Entre gerações. Entre lugares. Entre esperanças. É um acto de coragem. De fundação. Um passo para o futuro, não para ser moderno, mas para ser livre. E a liberdade, como dizia o outro, é sempre difícil. Mas é o único chão em que vale a pena construir.

Capítulo XVI

Não Pedir, Afirmar

(Ou como deixar de andar com o chapéu na mão e começar, finalmente, a usar a cabeça para o que ela serve: pensar, decidir, mandar e pagar o preço de o fazer)

A Região Autónoma da Madeira viveu demasiado tempo convencida de que pedir era o único modo de existir. Pedir a Lisboa. Pedir a Bruxelas. Pedir ao Estado, aos fundos, aos programas, aos gabinetes. Pedir como quem respira, não por vício, mas por hábito. Como um filho que nunca saiu de casa, que estudou nas universidades do pai, come à mesa da mãe e diz que é independente porque tem chave própria. Esta cultura da mendicância institucional foi-se entranhando nas veias da autonomia como ferrugem num barco velho: já ninguém a vê, mas tudo range por dentro. O que começou como necessidade transformou-se em estratégia. E da estratégia fez-se doutrina: a de que tudo nos é devido.

A culpa não é apenas de fora; é nossa. De quem se habituou a governar com a chantagem da geografia. De quem construiu uma economia à sombra dos subsídios. De quem fez da insularidade um álibi para a irresponsabilidade. O discurso repetido até à náusea de que a Madeira tem especificidades únicas, que deve ser tratada como caso especial e que precisa de compensações tornou-se não só banal, mas também inútil. Porque quanto mais se pede, menos se afirma. E quanto menos se afirma, mais se depende. E quanto mais se depende, mais se é governado por outros. A autonomia, nesses termos, não passa de um jogo de espelhos: parece poder, mas é reflexo.

Durante anos, o Governo Regional treinou-se na arte de negociar como um advogado que ameaça com a Constituição, mas não acredita nela. Pede mais dinheiro, mais competência, mais excepção, mas nunca se compromete com mais responsabilidade, mais exigência, mais dever. E assim, se criou um círculo vicioso: exigimos, com o argumento da desigualdade, mas recusamos assumir o ónus da igualdade. Queremos os meios, mas não os riscos. As verbas, mas não as decisões difíceis. O poder, mas não o erro.

Este capítulo não se escreve para destruir a solidariedade nacional. Escreve-se para redefinir. A verdadeira solidariedade não é paternalismo, é paridade. É reconhecimento mútuo, não tolerância condescendente. A Madeira deve continuar a estar no mapa da República, mas como parte activa, não como linha a que se atira um cheque todos os anos. A verdadeira autonomia, repita-se sem medo, começa quando deixarmos de pedir. Quando passarmos a afirmar.

Afirmar não é gritar. Não é fazer comunicados. Não é discursar em tom ofendido. Afirmar é construir poder real. É criar instituições fortes. É assumir decisões próprias com consequências próprias. É desenvolver um sistema fiscal pensado cá, um sistema contributivo adaptado à realidade regional e uma estratégia orçamental própria, baseada em prioridades regionais. É, no fundo, deixar de pedir licença.

A primeira afirmação concreta é esta: a autonomia fiscal plena. Que a Madeira cobre os seus impostos. Que defina as suas taxas. Que desenhe os seus benefícios fiscais. Que saiba o que entra, o que sai, quanto custa, para quê. Que assuma o poder de decidir quanto quer gastar e como. Um sistema fiscal regional, claro, transparente, auditável, justo. Sem paraísos fiscais camuflados. Sem buracos negros para amigos do regime. Um sistema fiscal que financie a autonomia e não a clientela.

A segunda afirmação é mais fundada: um sistema contributivo próprio. Não apenas a gestão da Segurança Social, mas também um modelo regional de protecção social com base na nossa realidade: população envelhecida, economia sazonal, vulnerabilidade ao exterior. Um sistema que proteja quem trabalha, apoie quem precisa e não sirva apenas para alimentar uma estrutura pesada e pouco eficaz. Que pague pensões com justiça. Que invista na infância. Que respeite os que descontam e não esqueça os que caíram pelo caminho. Um sistema que olhe para o futuro e não apenas para o passado.

Nada disto é utopia. É, aliás, a única via racional. Porque a alternativa é continuar a ser governado à distância. A receber decisões em pacotes fechados. A reagir, em vez de agir. A viver na ilusão da autonomia enquanto se sobrevive no regime da subvenção.

Não pedir é, acima de tudo, um acto de dignidade política. Porque quem pede depende. Quem afirma assume. E assumir é o primeiro gesto de

qualquer comunidade adulta.

A autonomia, para deixar de ser retórica e passar a ser substância, precisa de novas fundações. Não basta proclamar. É necessário montar as estruturas. Pensar os instrumentos. Garantir os meios. Fazer o que nenhum governo regional até hoje ousou: tratar a Madeira como um corpo político adulto, capaz de se organizar, de se financiar, de se proteger, de se reformar a si mesmo. Afirmar, neste contexto, é sinónimo de construção. E a construção que se propõe não é simbólica, é material. Tão material quanto o orçamento. Tão concreta quanto o boletim de vencimento. Tão real quanto uma dívida pública.

A primeira peça dessa arquitectura é um orçamento integralmente regionalizado, construído com receitas próprias. Um modelo em que as receitas fiscais arrecadadas na Região permaneçam na Região com total liberdade orçamental no espaço insular. Nada de transferência de Estado com condicionalidade política. Nada de "ajustamentos técnicos" feitos por departamentos ministeriais. A Madeira deve fazer o seu orçamento como quem faz a sua casa: escolhendo os materiais, as prioridades, os acabamentos e, claro, pagando a factura.

A segunda peça é um sistema de administração fiscal autónomo. Isto é, uma Autoridade Tributária Regional com capacidade de cobrar, fiscalizar, auditar, processar e aplicar a justiça fiscal no território. Que funcione com regras claras. Que seja imune às pressões políticas. Que combata a evasão fiscal, mas também a arbitrariedade. Um sistema justo não é apenas um sistema que cobra bem; é um sistema que trata todos da mesma forma, do empresário ao trabalhador por conta de outrem. A afirmação fiscal começa quando os cidadãos sentem que o imposto que pagam lhes retorna em serviços, dignidade e transparência. Já o temos?

A terceira peça é a segurança social feita cá para quem cá vive. A afirmação regional passa, inevitavelmente, por criar um sistema contributivo que conheça os ciclos da nossa economia, que não trate da mesma forma um agricultor de Santana e um técnico superior do Caniço, que saiba que o desemprego sazonal exige soluções específicas, que reconheça que a pobreza estrutural necessita de combate preventivo e não apenas de resposta paliativa. Um sistema que trate os nossos idosos como cidadãos com história, não como encargos. Que olhe para a infância com políticas de apoio directo às

famílias, à natalidade, à educação de qualidade desde o berço.

Esta segurança social regionalizada implica uma nova forma de pensar a justiça distributiva: menos burocrática, mais próxima, mais sensível à realidade insular. Implica também um novo modelo de financiamento: baseado em contribuições locais, mas com capacidade de equilíbrio estrutural. Implica, por fim, coragem política para reformar. Para mexer em privilégios. Para cortar desperdícios. Para ajustar o modelo às novas demografias. Porque afirmar é também saber dizer que não.

Mas nada disto acontecerá sem instituições próprias de regulação e avaliação. Um Tribunal de Contas Regional independente. Um Conselho Fiscal Autónomo. Um sistema próprio de estatísticas públicas, com indicadores adaptados à realidade regional. A afirmação é, acima de tudo, vigilância. A autonomia fiscal e contributiva não pode ser a porta para a opacidade; tem de ser o princípio de uma nova ética pública. Uma ética que não dependa da confiança cega, mas da verificação contínua.

E, talvez ainda mais difícil, é preciso mudar a cultura política. Sair da lógica de que afirmar é bater à porta. De que quem exige mais autonomia está a fazer guerra ao Estado. Afirmar não é insurgir-se contra o país; é cumprir a Constituição no seu espírito mais elevado. A autonomia foi criada para isso: testar soluções, inovar institucionalmente e ajustar a governação ao território. E se o Estado teme a afirmação madeirense, o problema não é da Madeira. É do Estado.

O que se propõe aqui, portanto, não é um devaneio separatista. É um programa reformista de afirmação regional na República. Um programa em que a Madeira deixa de pedir e passa a decidir. Onde deixa de implorar e passa a negociar de igual para igual. Onde deixa de depender e passa a construir. A verdadeira soberania partilhada não nasce do paternalismo, mas do reconhecimento mútuo. E, sim, haverá erros. Haverá falhas. Haverá decisões erradas, mal calculadas, mal explicadas. Mas haverá também algo que nunca existiu verdadeiramente: responsabilidade política plena. A autonomia só se afirma quando quem governa responde pelo que faz e pelo que deixa de fazer. Quando já não se pode dizer que foi Lisboa. Que foi Bruxelas. Que foi o clima. A autonomia só existe quando há apenas um sujeito: nós.

Não pedir é o princípio. Afirmar é o caminho. Assumir o erro, o preço e a consequência, isso, sim, é autonomia.

Conclusão

Manifesto à Acção

(Ou como transformar o que se escreveu num corpo vivo que caminha, cai, levanta-se e se recusa a morrer ajoelhado)

Tudo o que aqui ficou escrito, cada frase, cada ideia, cada recusa, cada proposta, só tem sentido se sair do papel e ganhar corpo. Corpo feito de actos, de gente, de estruturas, de escolhas difíceis, de rupturas que doem, de começos que parecem demasiado pequenos para tanto silêncio acumulado. Porque a palavra, por mais que pese, por mais que fira, por mais que comova ou revolte, é apenas o prenúncio do real. E o real, esse, só muda quando alguém ousa levantar-se da cadeira, dizer basta ao conforto e entrar no mundo de frente. Não aos gritos, não com bandeiras, não com slogans de cartolina, mas com a espinha direita.

Durante décadas, a Madeira viveu entre o protesto contido e a submissão bem comportada. Reclamou com uma mão, mas agradeceu com a outra. Declarou-se órfã e cúmplice, vítima e beneficiária, distante e dependente. A autonomia, esse grito antigo, foi domesticada nos gabinetes. E quem ousou lembrar que autonomia sem coragem é só uma palavra bonita a apodrecer numa acta, foi acusado de radical, de sonhador, de irresponsável. Como se o crime maior fosse querer mudar. Como se o futuro fosse uma heresia.

O que se exige, porque não é convite, nem conselho, nem opinião de café, é uma mudança de paradigma. Uma inversão de marcha. Um realinhamento das prioridades. É pôr fim ao ciclo da adaptação resignada e começar o tempo da reinvenção autónoma. Não se trata de reconstruir a Madeira a partir do zero, mas de redesenhar-lhe os alicerces com a memória dos que nos antecederam e a ousadia dos que ainda não nasceram. Os mortos, esses, já fizeram a sua parte. Agora somos nós. E nós somos poucos, mas, como já alguém escreveu, amanhã podemos ser todos.

A primeira acção concreta é simples de dizer e terrível de executar: parar de esperar. Parar de esperar pelo financiamento europeu, pelo despacho ministerial, pelo alívio fiscal, pela próxima visita oficial. Parar de esperar por Lisboa, por Bruxelas, por Deus. A espera tornou-se a política oficial da

Região: esperar que nos salvem, que nos notem, que nos validem. Mas ninguém virá. A salvação não chega de fora. E a dignidade não se concede; toma-se.

A segunda acção é igualmente brutal: nomear o adversário. Não o continente. Não os partidos adversários. O verdadeiro adversário está cá dentro. São a indiferença, o medo e o conformismo. É o clientelismo rasteiro disfarçado de serviço público. O pequeno poder que controla freguesias como feudos. Os eternos gestores de silêncios. Os que dizem "sempre foi assim" com a mesma convicção com que pedem mais autonomia. O que está a destruir a Madeira não é Lisboa. É a rendição cínica dos que sabem que é preciso mudar, mas preferem manter-se.

Por isso, este documento também é uma denúncia. De todos os que perpetuam este estado de coisas. De todos os que, tendo poder, não o usam para reformar. De todos os que vendem futuro com base em fundos europeus e em transferências do Estado. De todos os que confundem governação com propaganda, cidadania com obediência e autonomia com administração de esmolas. Não são inimigos. São cúmplices do atraso. A luta pela autonomia não é cerimonial. É crua. É política. É urgente.

Assumido o fim da espera e nomeado o adversário, resta caminhar. Não há romantismo nisto. Caminhar implica falhar. Implica cansar. Implica, às vezes, retroceder. Mas quem não caminha fica. E quem fica aceita. E quem aceita consente. E quem consente perpetua. E a Madeira, se continuar imóvel, deixará de ser o que é: uma ideia de liberdade. Transformar-se-á num simulacro de si própria, uma fotografia digital com legendas em inglês mal traduzidas, vendida ao desbarato a quem vier cá passar quatro noites com tudo incluído e sem perguntas feitas.

O caminho exige um plano. Não daqueles planos cheios de siglas, apresentações em slides ou "parcerias estratégicas". Um plano de acção com três eixos, três pilares de granito: cidadania activa, reforma institucional e cultura de exigência.

Primeiro: cidadania activa, promovida pela participação regular da população em associações, debates públicos e plataformas digitais. Que incentive o questionamento constante das decisões públicas, fomente grupos de fiscalização e organize eventos de análise de políticas locais.

A revolução autonomista não virá dos partidos; virá das pessoas. Das que fundam associações, das que questionam orçamentos, das que filmam reuniões públicas, das que exigem transparência, das que denunciam irregularidades, das que ensinam os filhos a pensar. A cidadania activa é a base da nova autonomia. E essa cidadania tem de ser organizada. Com escolas de participação, com redes locais de acção política, com plataformas digitais de decisão colectiva. Com coragem para ir às assembleias e perguntar "porquê?" quando ninguém está habituado a responder. E, sobretudo, com a consciência de que ser cidadão não é consumir democracia, mas produzi-la.

Segundo: reforma institucional, iniciando debates sobre a revisão do Estatuto Político-Administrativo, propondo alterações nos modelos de representação parlamentar e incentivando consultas públicas para aprimorar o recrutamento e a avaliação dos serviços públicos.

Não há mudança sem mudar as regras do jogo. Isso exige uma nova Constituição para a autonomia, ou seja, um novo Estatuto Político-Administrativo, elaborado com base em princípios de subsidiariedade, responsabilização fiscal e separação efectiva de poderes. Um Parlamento com representação proporcional e círculos uninominais, bem como um círculo de compensação alargada. Um executivo reduzido, escrutinado, auditável em tempo real. Uma administração pública despartidarizada, com recrutamento por mérito e avaliação por resultados. E uma Justiça próxima, eficaz, temida pelos corruptos. As instituições não se reformam com boas intenções; reformam-se com leis duras, prazos curtos e quem as queira aplicar, mesmo que perca as eleições seguintes.

Terceiro: cultura de exigência, a ser difundida por campanhas públicas de prestação de contas, pressões por demissões quando houver falhas, avaliação contínua da qualidade dos serviços públicos e mobilização para exigir melhorias concretas.

O madeirense foi ensinado a não pedir muito. A não reclamar. A dizer "pelo menos temos isto", como quem agradece o prato de sopa quando devia ter um lugar à mesa. Isso tem de acabar. A nova cultura deve ser de exigência activa. Exigir qualidade nos serviços, contas claras, que um governante que falha se demita. Exigir que um hospital funcione, que um transporte chegue, que um professor não falte, que um projecto seja cumprido. A exigência é o que separa a liberdade da resignação, a autonomia da decoração. Um povo

que exige não se deixa enganar.

Este não é um documento de boas intenções, é um chamamento à responsabilidade. À fundação de uma nova ética pública. Ao abandono definitivo do discurso miserabilista e ao começo de uma nova gramática de poder: uma gramática feita cá, com o nosso sotaque, com a nossa história, com os nossos erros, mas, sobretudo, com a vontade de não os repetir.

Não basta querer outra Madeira. É preciso fazê-la. E para a fazer, é preciso estar disposto a perder. Perder tempo, amigos e privilégios. No fim, o que se ganha é maior: a dignidade de ser dono do próprio caminho. Sem pedir, afirmando. Sempre.

Madeira, 2017/2025

Nuno Morna

Posfácio

Da Tentativa de Pensar a Autonomia

(Ou como deixar escrito o que, durante anos, se foi pensando aos pedaços)

Este documento não nasceu de um impulso momentâneo, nem de uma vontade passageira de intervir na conversa. É, pelo contrário, o resultado de muito pensar. E, mais do que isso, o resultado de muitos pensares. Não há pensamento único quando se trata da Autonomia. Há experiências. Há dúvidas. Existem heranças contraditórias, entusiasmos e frustrações que se sobrepõem como estratos de terra, moldados pela chuva e pelo tempo.

A Autonomia, para mim, nunca foi um chavão constitucional. Nunca a entendi como um fim, mas como um instrumento, poderoso, perigoso, por vezes mal usado, outras tantas vezes desprezado, para que a Madeira pudesse ser o que tem direito a ser: uma comunidade com voz, com vontade e com futuro. E esse entendimento não surgiu de um dia para o outro. Foi sendo depurado, rasurado, corrigido, afirmado ao longo de anos. Escrevi-o, muitas vezes, fragmentado: em artigos de imprensa, em textos breves, em moções políticas, em debates mais ou menos escutados, mais ou menos ignorados.

Este livro é a tentativa, modesta, mas convicta, de dar forma a tudo isso. De estruturar pensamento. De organizar ideias soltas que, ao longo do tempo, me foram surgindo com inquietação e convicção. Não se trata de uma

doutrina. Trata-se de uma proposta. Um gesto de sistematização. Um esforço para tornar claro o que, tantas vezes, fica escondido na espuma das declarações, nos comunicados apressados e na gestão diária do curto prazo.

Sei bem que muitos não se reconhecerão no que está escrito aqui. Uns porque acham que vai longe demais, outros porque julgarão que não vai longe o suficiente. Mas se, mesmo não concordando, reconhecerem que houve aqui um esforço sério de pensar, de pensar com rigor, com liberdade, com raízes e com visão, então dou-me por satisfeito.

Não escrevi para convencer. Escrevi para propor. Quero oferecer um ponto de partida à discussão pública. Pretendo dizer: há outra forma de olhar para isto. Talvez, no fim, esse seja o maior gesto político: pensar em voz alta, para que outros também possam pensar.

Fica, portanto, este documento. Aberto. Inacabado, como todos os textos que vivem. Com a esperança de que, entre as linhas, alguém encontre matéria para continuar. E com a tranquilidade de quem sabe que fez o que podia com o que tinha: palavras, memória e a teimosia de acreditar que a Autonomia é mais do que um arranjo administrativo; é um destino a ser escrito por quem cá vive, com a coragem de não pedir, mas de afirmar.

Nuno